



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE DIREITO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA  
PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA**



**MATHEUS DE CARVALHO NASCIMENTO**

**COMO A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA RECEPCIONA  
A COBERTURA DA MÍDIA SOBRE A VIOLÊNCIA**

Salvador  
2013

**MATHEUS DE CARVALHO NASCIMENTO**

**COMO A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA RECEPCIONA  
A COBERTURA DA MÍDIA SOBRE A VIOLÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Esteves de Calazans.

Salvador  
2013

**MATHEUS DE CARVALHO NASCIMENTO**

**COMO A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA RECEPCIONA  
A COBERTURA DA MÍDIA SOBRE A VIOLÊNCIA**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Aprovada em 20 de setembro de 2013.

**Banca Examinadora**

Márcia Esteves de Calazans – orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Ivone Freire Costa \_\_\_\_\_  
Doutora em Sociologia Econômica pela Universidade Técnica de Lisboa  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Mari Aparecida Bortoli \_\_\_\_\_  
Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

Ao meu filho Andrew Matheus, a quem, inclusive, tenho estimulado a gostar dos estudos e a seguir desvelando-os, mesmo ainda aos 02 anos e 09 (nove) meses de vida.

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Dr<sup>a</sup>. Ivone Freire Costa, coordenadora do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, pelo êxito em trazer para o estado da Bahia o primeiro curso de mestrado Profissional na carreira que abracei: Policial Militar.

À minha orientadora, a Professora Dr<sup>a</sup>. Márcia Esteves de Calazans, pelas boas discussões alcançadas na construção desta dissertação e que, sobretudo, passou-me confiança para hoje eu apresentar à comunidade científica o presente trabalho acadêmico e o título de Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Ao Professor Dr. Roberto Seixas da Cruz, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), pela amizade e apoio dados quando da seleção para este mestrado.

À Polícia Militar da Bahia, que facilitou o meu comparecimento às aulas às sextas-feiras e aos sábados, durante esses dois anos.

Todo indivíduo ativo tem uma prática, mas não tem uma clara consciência teórica desta prática que, no entanto, é um conhecimento do mundo, na medida em que transforma o mundo.

Antônio Gramsci

NASCIMENTO, Matheus de Carvalho: Como a Polícia Militar da Bahia recepciona a cobertura da mídia sobre a violência. 89 f. il. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

## RESUMO

Apresenta-se, por meio desta dissertação, a análise dos reflexos da cobertura da mídia sobre a violência no trabalho da Polícia Militar, na busca de se compreender como esta Instituição recepciona, em seu dia a dia profissional, a referida cobertura. Especificamente se buscou avaliar como a Corporação percebe o fenômeno da violência a partir do noticiário midiático, e se existe, também, relação entre o que divulgam os meios de comunicação de massa e a aplicação do aparato policial em sua atividade finalística. Buscou-se ainda demonstrar se a Corporação promove análise e pesquisa para a produção de conhecimento sobre violência, tomando como ponto de partida a mídia. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, que abrangeu a pesquisa descritiva e exploratória no ambiente alvo, além de entrevistas, com sustentação teórica apoiada na pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos e periódicos. Os resultados encontrados apontaram para a presença de uma tendência de cobertura da mídia, predominantemente factual sobre a violência, baseada no senso comum e que não revela, na maior parte da própria veiculação, o binômio “causa-consequência”. Evidenciou-se, nesse sentido, que o ganho de maior notoriedade da violência, quando exibida pela mídia, influencia a Polícia Militar a adotar esse noticiário como um dos parâmetros para a distribuição do aparato de segurança na sociedade, a fim de produzir consenso social, porém sem a devida promoção de estudo e análise criminal do fenômeno, o que se percebe de maneira muito incipiente.

**Palavras-chave:** Mídia. Polícia Militar. Violência. Percepção. Consenso.

NASCIMENTO, Matheus de Carvalho: How the Military Police of Bahia receives the media coverage on violence. 89 f. ill. In: 2013. Master Dissertation - Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

## **ABSTRACT**

This research presents the analysis of media coverage's effects about violence in the Military Police's work, in searching of understand how this institution receives such coverage in their day to day professional. Specifically sought to evaluate how the Corporation realizes violence's phenomenon from the news media and if there's also a relation between that mass media communication publish and the application of the police apparatus in its main activity. It was searched demonstrating if Corporation promotes anyhow research and analysis for production of knowledge about violence, taking media as starting point. Methodology used was case study, covering the descriptive and exploratory research in the target environment, and also interviews, with theoretical support on bibliographic research in books, articles and journals. Results indicated the presence of media coverage trend, predominantly factual about violence, based on common sense and that does not reveal mostly their own placement, the "cause-consequence" binomial. It was evident, in that sense, the greater awareness of violence gain when displayed by the media influences the Military Police to take this news as one of the parameters for the distribution of the security apparatus in society, in order to produce a social consensus, but without promote the criminal phenomenon study and analysis, which is perceived in a very incipient way.

**Key words:** Media. Military Police. Violence. Perception. Consensus.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 Roteiro de entrevista.....	20
Figura 1 Mapa mental da percepção.....	36
Gráfico 1 Divisão da mídia por estados no Brasil.....	47
Gráfico 2 Divisão da mídia por partidos políticos.....	48
Gráfico 3 Divisão da mídia por cargos eletivos.....	48
Gráfico 4 Tipo de ato violento/local/instrumento empregado.....	63
Gráfico 5 Estatística oficial das principais ocorrências.....	63
Gráfico 6 Ato violento e local de frequência.....	65
Gráfico 7 A relação entre mídia e polícia.....	66
Gráfico 8 Detalhamento da notícia jornalística.....	67

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Relação entre ato violento e local de frequência.....	60
Tabela 2 Registro das fontes/ atividade policial.....	61
Tabela 3 Detalhamento da notícia.....	61
Tabela 4 Relação entre ato e local de frequência.....	62
Tabela 5 Estatística mensal de ocorrências.....	62

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1 OBJETIVOS.....	14
1.1.1 Gerais.....	14
1.1.2 Específicos.....	15
1.2 JUSTIFICATIVA.....	15
<b>2 APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS</b> .....	17
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	17
<b>3 ONDE TUDO COMEÇA: A COMUNICAÇÃO</b> .....	22
3.1 A COMUNICAÇÃO HUMANA NA ERA DA INFORMAÇÃO.....	22
3.2 A COMUNICAÇÃO DE MASSA E A AGENDA DE DISCUSSÃO PÚBLICA.....	25
3.3 OS PRINCIPAIS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA.....	32
3.3.1 A televisão.....	32
3.3.2 O jornal.....	33
3.3.3 O rádio.....	34
<b>4 MÍDIA E VIOLÊNCIA</b> .....	35
4.1 A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA.....	35
4.2 MEDO, MÍDIA E INSEGURANÇA.....	39
<b>5 ESTADO, MÍDIA, SOCIEDADE E SEGURANÇA PÚBLICA</b> .....	43
5.1 A FABRICAÇÃO DO CONSENSO SOCIAL.....	43
5.2 A RELAÇÃO ENTRE ESTADO, MÍDIA E SOCIEDADE NO BRASIL.....	46
5.3 MÍDIA E SEGURANÇA PÚBLICA.....	49
<b>6 O CENÁRIO DA PESQUISA E OS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS</b> .....	52
6.1 A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA.....	52
6.2 OS ÓRGÃOS INTERNOS QUE MONITORAM A MÍDIA.....	53
6.2.1 O Departamento de Comunicação Social (DCS).....	56
6.2.2 A Coordenadoria de Missões Especiais (CME).....	57
6.2.3 A Coordenadoria de Operações Policiais Militares (COPPM).....	59
<b>7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	59
7.1 COLETA E SELEÇÃO DE DADOS PARA ANÁLISE.....	59
7.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	62
7.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	68
<b>8 CONCLUSÃO</b> .....	78
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	83

## 1. INTRODUÇÃO

Acredita-se que a sociedade contemporânea esteja mergulhada numa grande desorganização social, haja vista o momento de complexidade vivido com a globalização, que, aliada ao desenvolvimento científico e ao avanço dos meios de comunicação de massa, gera muitos desafios e impõe aos cidadãos comportamentos diferenciados numa dinâmica social perversa.

Os ideais capitalistas mercadológicos evidenciam o ter, em detrimento do ser, provocando inúmeros desajustes sociais, entre eles a competição acirrada por mercados, o desemprego ou o subemprego, que colocam milhares de seres humanos à margem das necessidades sociais.

Entre outras consequências danosas, todos esses fatores acabam também por desestruturar a família e enfraquecer-lhe os valores mais básicos. O lar já não é sustentado apenas pelo chamado homem chefe de família, mas continua atraindo também as mulheres para esse papel, o que culminou na súbita transformação da estrutura familiar ao longo dos últimos vinte anos.

Segundo Shecaira (2011, p.147), “a família, a igreja, o local de trabalho, os clubes de serviço não mais conseguem refrear as condutas humanas. Isso debilita os vínculos que mantinham as pessoas nas pequenas cidades, o que dá origem a um fator potencializador da criminalidade”.

Em contrapartida, a banalização da vida, decorrente da intensificação da violência no cotidiano, tem feito com que o fenômeno seja atualmente considerado como uma rotina da vida moderna, principalmente com o apoio da propaganda midiática que, entre outras questões, filtra o que é permitido conhecer, saber e ter acesso.

Esse cenário descrito aparece cotidianamente não apenas mostrado pelos veículos de comunicação de massa, mas também muitas vezes potencializado por eles, que também não só produzem o tão fascinante encurtamento de distâncias entre acontecimentos de quaisquer partes do mundo, mas, sobretudo, o distanciamento das relações humano-afetivas que contribuem para a transformação do fenômeno da violência em rotina através do poder e controle da informação.

Pesquisas têm apontado que a cobertura jornalística da mídia sobre a violência tem sido oferecida ao leitor de maneira parcial e generalizada, além de não

contextualizar e/ou abordar questões cruciais sobre as causas do fenômeno nem promover reflexões mais aprofundadas sobre a estrutura real/ideal da segurança pública para enfrentá-lo.

Nesse sentido, ao consultarmos diariamente qualquer veículo de comunicação, deparamos com um expressivo volume de notícias sobre violência, aliado às constantes denúncias sobre a crise da segurança pública, tornando-se quase rotineira a crítica feita às polícias, atribuindo-se-lhe como insuficiente a capacidade para enfrentar a criminalidade.

Percebe-se, com isso, que os veículos de comunicação de massa realizam cotidianamente cobertura diuturna da violência e da criminalidade, com periódicas publicações na mídia impressa, falada e televisiva, cujo reflexo mobiliza a Polícia Militar a fornecer esclarecimentos sobre as medidas a serem adotadas para enfrentamento do fenômeno.

O poder de visibilidade da mídia sobre os fatos cotidianos, sobretudo quando se efetuam críticas e considerações sobre o aparato policial, tem despertado o interesse do Sistema de Segurança Pública e, em especial, da Polícia Militar, pela cobertura jornalística da mídia, uma vez que a Polícia Militar desenvolve sua atividade profissional perseguindo reduções nos índices de violência.

O trabalho foi estruturado em capítulos, inicia-se a discussão com a presente introdução e segue-se uma ordem de apresentação do tema proposto e apontam-se, pois, o objeto de estudo, os objetivos geral e específico, bem como as justificativas do autor para a escolha do presente assunto.

O capítulo 2 traz os apontamentos teórico-metodológicos com abrangência sobre as técnicas utilizadas para se atingirem os objetivos do trabalho, bem como a caracterização e universo da pesquisa com a definição do local, população e instrumentos de coleta de dados.

No capítulo 3 apresenta-se o início do referencial teórico sobre o tema e abrangem-se os aspectos gerais sobre a comunicação enquanto ponto de partida para a discussão sobre a temática, inclusive diferenciando-a da informação, passando pela comunicação midiática enquanto fator de influência no comportamento das pessoas e as características dos principais veículos de comunicação na atualidade. Tudo isso no que diz respeito à formação do consenso social em torno da questão e do agendamento do debate público.

O capítulo 4 apresenta aspectos de cunho sociológicos da relação entre mídia e violência, de modo que se tomam por base a percepção social do fenômeno, o medo e a insegurança provocada no imaginário social por influência da mídia, fato que traz para o campo de discussão os principais fatores em torno do assunto.

O capítulo 5 discute a relação entre Estado, mídia, sociedade e segurança pública e invoca mais uma vez o campo sociológico, para se discutir o enfrentamento à violência pelo Estado e a “parceria” deste com a mídia na manutenção do *status quo*, em que pese a política de consenso social em torno dessa relação.

O capítulo 6 apresenta a descrição operacional da recepção jornalística da mídia realizada pela Polícia Militar, decompondo-se seus três principais órgãos de assessoramento, tomados como ambiente alvo de pesquisa, através de estudo de caso.

O capítulo 7 apresenta a análise dos resultados feita no veículo midiático impresso escolhido e a decomposição das entrevistas feitas com os operadores do sistema de segurança pública no ambiente alvo da pesquisa. O resultado levou em consideração o referencial teórico adotado, tudo com o objetivo de analisar a influência da mídia na percepção da violência a partir dos reflexos da cobertura jornalística no trabalho da Polícia Militar.

O capítulo 8, por fim, apresenta as conclusões do autor a partir de considerações sobre os resultados alcançados e seus significados, as direções apontadas e as implicações científicas da pesquisa, tomando-se por base os objetivos que se pretendiam atingir.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Gerais

Analisar como a Polícia Militar recebe a cobertura jornalística sobre violência, tendo como alvo de pesquisa o Departamento de Comunicação Social (DCS), a Coordenadoria de Missões Especiais (CME) e a Coordenadoria de Operações Policiais Militares (COPPM) da Polícia Militar da Bahia - PMBA.

### 1.1.2 Específicos

- **Avaliar** como a Polícia Militar percebe o fenômeno da violência a partir da cobertura da mídia;
- **Identificar** se há relação efetiva entre a veiculação de matérias sobre violência pelos meios de comunicação de massa e a aplicação do aparato policial-militar na atividade de rua;
- **Demonstrar** se há promoção de análise e pesquisa para produção de conhecimento sobre violência a partir da cobertura da mídia.

### 1.2 Justificativa

Este estudo foi idealizado em virtude da experiência profissional do autor, que, durante vários anos da carreira, desempenhou cumulativamente as funções de Assessor de Comunicação Social e Chefe do Núcleo de Inteligência do 1º Batalhão de Polícia Militar na cidade de Feira de Santana – BA, cujas atribuições funcionais abrangiam, respectivamente, a interação com os veículos de comunicação e a produção de informações sobre violência no domicílio profissional.

Nos primeiros anos do desempenho das referidas funções, as atividades eram desenvolvidas sem conhecimento técnico aprofundado e científico, de modo que, com a presente iniciativa, hoje, no posto de capitão do Quadro de Oficiais da Polícia Militar, surgiu a possibilidade de investigar, através do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, e à luz das contribuições teóricas sobre o tema, como o centro decisório da Polícia Militar se relaciona com a violência por meio da cobertura da mídia.

Nessa perspectiva, ao se analisar a influência da mídia na percepção da violência, observa-se que, no momento em que as pessoas têm acesso às notícias de crimes e contravenções, inicia-se um processo cognitivo de seleção das informações que lhes são relevantes, e imediatamente essas mesmas pessoas são motivadas a tomar uma atitude que possa contribuir para a garantia da sua segurança e das pessoas próximas.

Assim, estima-se que a mídia, para atendimento dos seus interesses, também influencie a Polícia Militar a adotar algum tipo de comportamento, quer seja, de simples resposta ao que foi noticiado, ou mesmo de mudança da forma de policiamento.

Nesse sentido, o estudo da temática oferecerá bases teórico-práticas para que a Corporação tenha condições de analisar a forma atual em lidar com o fenômeno da violência a partir da ótica midiática, já que inexistente uma análise organizacional mais aprofundada a respeito do tema.

Estima-se que os resultados possam ser traduzidos na oferta de melhores serviços de segurança pública para a comunidade baiana, visto que a Polícia Militar poderá ampliar os resultados aqui almejados para canalizar os dados costumeiramente obtidos do noticiário da mídia sobre violência para estudos mais aprofundados sobre o fenômeno. Até mesmo porque a atualização e modernização necessárias da forma de atuação da segurança pública prescinde o seu envolvimento com pesquisas de cunho científico sobre a violência, sob pena de as ações no enfrentamento do fenômeno se tornarem ineficientes.

A relação entre mídia e violência deve ser matéria de interesse de todos os órgãos de defesa social diretamente relacionados com essa temática, especialmente para a Polícia Militar, que desenvolve a sua atividade diuturna utilizando-se da ostensividade e do uso do uniforme, na tentativa de diminuir o sentimento de medo e insegurança social através de ações predominantemente preventivas de policiamento.



## 2. APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Com o intuito de se satisfazerem os objetivos de investigação, buscou-se analisar, à luz de bibliografia pertinente, a tendência de cobertura da mídia sobre o fenômeno da violência.

Para se atender a essa finalidade, a mídia impressa foi escolhida, devido à facilidade em se monitorarem matérias nesse tipo de veículo de comunicação. No rol destes, o jornal A Tarde foi selecionado, por propiciar acesso mais facilitado ao seu acervo digital, através de senha do portal adquirida junto à sua redação, além de ser um dos principais do Estado da Bahia em circulação<sup>1</sup>.

Na análise de tendência de cobertura da violência, foram levadas em consideração as matérias jornalísticas apenas em Salvador (Capital), no total de 25% dos meses do ano de 2011 (outubro, novembro e dezembro), descartando-se a cobertura feita no interior do Estado e fora dele.

Não foi levado em conta, na análise dos periódicos do jornal A Tarde, o discurso midiático propriamente dito, mas apenas a tendência de cobertura, através da análise quantitativa de sua produção sobre violência, com coleta de dados e tratamento destes por meio de técnica estatística.

Nesse sentido, buscou-se conhecer o principal assunto de violência discutido, o tipo de violência mais coberto e a frequência em que aparece no jornal, o local mais citado para o acontecimento dos fatos, se periférico ou bairro central, a força de segurança que mais aparece como fonte, tendo em vista a relação de dependência e, ao mesmo tempo, de interesse da mídia nos temas sobre aplicação da lei e ordem, apontadas por Reiner (2004).

Não foi utilizada análise comparativa junto a outros veículos de comunicação impressos, devido à facilidade em se notar similaridade na forma e conteúdo

---

<sup>1</sup>Segundo informações do Instituto Verificador de Circulação (IVC), o jornal A Tarde é um dos principais do Estado da Bahia, com uma média de circulação diária de 45.377 exemplares, e ocupante da vigésima terceira posição no ranque dos maiores jornais do Brasil em circulação paga. (<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/numero-de-jornais-brasileiros>).

explicitado entre eles, e, segundo Bourdieu (1997) afirma que os jornais estão sujeitos às mesmas restrições, pesquisas de opinião e anunciantes, com base na opinião alheia sobre os assuntos cotidianos, e cuja produção neles contida tem modificado apenas a ordem das informações.

Julgada então desnecessária essa comparação, optou-se pela correlação entre os dados obtidos da cobertura do Jornal A Tarde e os dados oriundos das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs)<sup>2</sup> e dos Boletins Diários de ocorrências policiais através do *site* da Secretaria de Segurança Pública do estado da Bahia, também no período de outubro a dezembro/2011, tendo em vista, a exiguidade de tempo para uma ampliação mais significativa da pesquisa.

Vale salientar que o ano de 2011 foi escolhido porque no ano de 2012 os dados referentes às Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs) sofreram modificações no formato de divulgação, e no ano atual (2013) esses dados ainda não estão dispostos para consulta, o que justifica a delimitação e escolha do mesmo período na análise do jornal A Tarde.

Para atender à investigação sobre como a Polícia Militar recepciona a cobertura jornalística da mídia, utilizou-se o método qualitativo de abordagem denominado de estudo de caso, o que, segundo Campomar (1991), é uma forma de se investigar um fenômeno atual dentro de seu contexto de vida real onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas.

A qualidade, segundo Minayo (2000, p.35) trabalha com dados que trazem para o interior da análise o subjetivo e o objetivo, os atores sociais e o próprio sistema de valores do cientista, os fatos e seus significados, a ordem e os conflitos.

Por ser um método frequentemente utilizado para a coleta de dados na área organizacional, o estudo de caso foi realizado no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar como ambiente alvo, e escolheram-se, respectivamente, três dos órgãos internos de assessoramento<sup>3</sup>, na seguinte conformidade:

---

<sup>2</sup> As AISPS, correspondem à vinte áreas de integração, ou seja, 20 grandes áreas de Salvador possui batalhões da Polícia Militar, delegacias da Polícia Civil, além da Polícia Técnica, integrados à rede da segurança pública do Estado, na cobertura e enfrentamento à violência.

<sup>3</sup> A Portaria nº 080 de 12 de dezembro de 2006 do Comando Geral regulamenta a organização estrutural e funcional da Polícia Militar da Bahia, cuja redação do artigo 4º faz a previsão dos órgãos mencionados dentre aqueles que são consultivos e de assessoramento do Alto Comando da Polícia Militar da Bahia.

- ❖ Departamento de Comunicação Social (DCS), nas seguintes seções: **(Unidade de Telemática e Imprensa, Seção de Imprensa, Seção de Marketing e Propaganda, Unidade de Relações Públicas)**;
- ❖ Coordenadoria de Missões Especiais (CME), na seguinte seção **(Seção de Assuntos Correntes)**;
- ❖ Coordenadoria de Operações Policiais Militares (COPPM), nas seguintes seções: **(Unidade de Planejamento Operacional e Decisões Estratégicas (UPODE), Unidade de Controle Operacional e Avaliação)**.

Na pesquisa exploratória realizada nos setores apontados, constatou-se que os seus integrantes detêm os atributos que se pretendeu conhecer, em cujo estrato de atribuições de cada setor selecionado estão previstas atividades de monitoramento dos veículos de comunicação de massa. Esse modo de pesquisa, de acordo com Vergara (2007, p.47), é realizado em área em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado para que se conheça a realidade do tema no campo de pesquisa.

A pesquisa foi também descritiva, à medida que o ambiente alvo foi sendo observado, registradas as suas características e analisados os fenômenos, sem, entretanto, se entrar no mérito de seu conteúdo e sem interferência do pesquisador, que apenas procura perceber a frequência com que o fenômeno acontece, pois, de acordo com Gil (1994, p. 45), “a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Uma vez definida a população para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista como instrumento de pesquisa a ser realizada com os policiais militares coordenadores da atividade de monitoramento da cobertura da mídia dentro dos órgãos selecionados.

O roteiro de entrevista foi estabelecido visando por apreender o ponto de vista dos atores no cenário da pesquisa, cujas perguntas de investigação foram elaboradas, a fim de se oferecerem respostas elucidativas e possivelmente mais aproximadas aos objetivos específicos da pesquisa, conforme o quadro abaixo:

nº	PERGUNTAS DA ENTREVISTA	INTERESSE DA PESQUISA
1	Descreva as tarefas realizadas na seção em que você trabalha que tenham relação com o monitoramento da programação dos veículos de comunicação de massa.	Saber de que forma a Polícia Militar realiza o monitoramento sobre a mídia, e qual o critério de seleção das notícias.
2	O que é feito com as notícias (conteúdo veiculado) após você selecioná-las?	Saber qual o percurso (fluxo) seguido pela triagem feita da produção jornalística, e se essa triagem é processada pelos órgãos internos com vistas à produção de pesquisa sobre o fenômeno da violência.
3	Em sua opinião, como você descreveria a visão da Polícia Militar sobre a produção midiática, e qual a importância dessa produção no trabalho da Instituição?	Identificar quais os interesses da Instituição sobre a produção jornalística da mídia e o grau de importância dado às matérias, e se esse grau de importância tem reflexo no <i>modus operandi</i> da Instituição no enfrentamento à violência.

**QUADRO 1:** Roteiro de entrevista.

**Fonte:** Material elaborado pelo autor.

Foram utilizadas para a pesquisa as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, e levaram-se em consideração, também, outras exigências de pesquisa propostas pela referida resolução:

i) Prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização de informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro.

As entrevistas ganham, na visão de Marconi e Lakatos (2006, p.197), a afirmação de que são um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados ou para ajudarem no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. Para Minayo (2000), o propósito do cientista social é revelar os significados subjetivos implícitos que penetram no universo dos atores sociais.

Zicker; Schmidt e Coelho (2008, p.103) revelam que há uma relação de colaboração entre o pesquisador e os pesquisados, de forma que estes últimos contribuem com sua experiência e atividade de pensamento e reflexão para o esclarecimento e interpretação de fenômenos culturais, sociais e psicológicos.

Para Quivy e Campenhoudt (2005), a entrevista é um método que caracteriza um acesso direto entre o pesquisador e os entrevistados em um

processo que permite retirar informações ricas para reflexão. Além disso, LÊNIN, 1955, p.255 (*apud* MINAYO, 2000, p.17), revela que “a realidade social, que só se aprende por aproximação é mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento que possamos ter sobre ela”.

Em paralelo às entrevistas, foi realizada a pesquisa documental, como apoio, através da análise de alguns relatórios produzidos pelos setores explorados, com o objetivo de se correlacioná-los com as falas dos atores no cenário da pesquisa.

Todo o trabalho de investigação realizado através de pesquisa nos periódicos do jornal A Tarde, bem como das entrevistas feitas no ambiente alvo obtiveram sustentação teórica da pesquisa bibliográfica, além do mais a comunidade científica foi consultada através de livros, artigos, revistas e outras publicações relativas ao tema proposto e correlacionados, o que, segundo Marconi e Lakatos (2006, p.185), significa colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito.

### 3. ONDE TUDO COMEÇA: A COMUNICAÇÃO

#### 3.1 A COMUNICAÇÃO HUMANA NA ERA DA INFORMAÇÃO

A Comunicação está presente praticamente em todos os aspectos do mundo contemporâneo, tendo por característica principal sua evolução acelerada, pois realiza o registro e a divulgação de informações que compõem a história, influenciando a rotina diária dos diversos grupos formadores da sociedade, suas relações pessoais, culturais e sociais.

O termo comunicação, segundo Houaiss (2001), origina-se do latim *communicatio* que quer dizer ‘ação de comunicar, de partilhar, de dividir’, o que pressupõe entendimento entre as partes envolvidas no sentido de aumentar a compreensão e divulgar as ideias, imagens e experiências.

Para Wolton (2010, p.19), a comunicação é inerente à condição humana. Não há vida pessoal e coletiva sem vontade de falar, de comunicar, de trocar, tanto na escala individual quanto na coletiva.

Kunsch (2003, p.45) afirma que, para haver comunicação, é necessário “comunhão de ideias e estabelecimento de diálogo, integração, contato físico, intercâmbio de informações, e não apenas a sua transmissão”.

Para que a comunicação possa ocorrer, é preciso haver receptividade no outro para escutar, decodificar o enunciado e retornar a mensagem com entendimento, tornando a relação dialógica o suficiente para caracterizá-la, cujo processo é composto basicamente pelo transmissor ou remetente, que é aquele que fala; o meio, que é o canal ou veículo pelo qual é transmitida a mensagem, podendo vir a facilitar ou dificultar a sua interpretação; e, por último, o receptor ou destinatário, aquele que escuta a mensagem, aquilo que se tenta dizer.

Estima-se que na relação comunicacional entre emissor e receptor exista o desejo de compartilhar, seduzir e convencer o outro através da utilização das linguagens verbal e não verbal.

Para Carlim e Castro (2007, p.64), “enquanto o emissor influencia a comunicação pelas próprias intenções, expectativas e valores relacionados com o

conteúdo intrínseco da mensagem, o receptor descodifica a informação recebida e elimina, modifica ou amplia o conteúdo transmitido”.

Segundo Berlo (1999, p.63), “comunicar é procurar resposta do receptor. Qualquer fonte se comunica a fim de fazer com que o seu receptor faça alguma coisa, fique sabendo alguma coisa, aceite alguma coisa”.

O êxito, nessa procura de resposta no semelhante, só se consegue quando se permite que o receptor também emita significados, ou seja: para caracterizar a comunicação, o receptor necessita interpretar a mensagem emitida, indicando ao emissor que recebeu a informação, produzindo um diálogo.

Para Andrade (1989, p.90), “diálogo é muito mais do que simples ‘bate-papo’, passatempo ou recurso retórico; ele significa a procura de uma estrutura verbal em direção à verdade”. O diálogo pressupõe um *feedback*<sup>4</sup>.

A comunicação natural e verdadeira, pois, dependerá da tolerância que o emissor deve ter para com a interpretação processada e devolvida pelo receptor, formando um diálogo recíproco, ainda que a mensagem emitida não seja aceita em sua plenitude.

A comunicação, para Freire (1983), não deve ser entendida como um processo em que há um sujeito que ensina e um receptor que aprende, como nos tradicionais métodos de aprendizagem em educação. Para haver conhecimento, é fundamental que ocorra uma relação dialógica entre dois sujeitos que pensam e aprendem em conjunto, do que afirma:

Comunicação é a coparticipação dos sujeitos no ato de pensar e implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (FREIRE, 1983, p.66).

O aprendizado, segundo ele, faz parte de um processo comunicacional ativo que não admite passividade ou silêncio na recepção, um monólogo em que, através de uma imposição de mensagem, não se permite que seja ela decodificada pelo

---

<sup>4</sup>Palavra de origem inglesa que significa realimentar ou dar resposta a um determinado pedido ou acontecimento podendo ser positivo ou negativo. O termo é utilizado em áreas como Administração de Empresas e Comunicação. Nesta última, o termo significa um dos elementos presentes no processo de interação entre emissor e receptor. <http://www.significados.com.br/feedback>.

receptor. O diálogo se torna unilateral como um contrato entre partes e já nasce nulo por seus vícios, ou seja, a comunicação não existiu na realidade.

A relação interpessoal necessária para haver diálogo entre emissor e receptor tem dado espaço na atualidade para que a informação, entendida como transmissão de mensagens, venha sendo confundida como comunicação na sociedade.

Informar é, segundo Ferreira (2010, p.44), “uma transmissão de signos que foram produzidos por alguém à espera que ele seja compreendido como tal na sua recepção”. A recepção, com base na teoria informacional, não permite o reconhecimento da mensagem sem o conhecimento prévio do código, o que torna a teoria um tanto mecanicista, na qual um significante corresponde a um significado apenas.

Para Wolf (1999), o declínio do entendimento da comunicação como transmissão de informações apenas está no fato de que o código encontra-se em ambos os lados da mensagem, tanto na emissão quanto na sua recepção, além de fazerem parte de situações socioculturais que necessitam de maior interpretação.

Há, então, um espaço bastante complexo entre a mensagem como forma significante que veicula certo significado e a mensagem que é recebida como significado, até mesmo porque, segundo Tenório (2003, p.68), “o que é informação para um sujeito, pode ser ruído para outro, já que a própria existência da informação é relativa a um código, a um sistema externo e arbitrário de referência, que pode não ser conhecido por quem recebe a mensagem”.

O modelo teórico agora se orienta pela explicação de que produção e recepção são dois polos conceituais produtores de sentido, ou seja, na relação entre a produção e o reconhecimento da mensagem, deve-se levar em conta o ato de discussão em torno da informação emitida, o que não é possível na mera transmissão de mensagens, característica da informação.

Nesse tocante, Tenório (2003, p.92) também revela que “a informação pressupõe a interatividade entre os sujeitos; ao receber uma informação o sujeito enriquece-a ao processá-la; a riqueza informacional não se obtém por acumulação”.

Na atualidade, os meios de comunicação tem ocupado cada vez mais esse espaço, retirando do homem a capacidade de analisar, decodificar e interpretar as informações recebidas sobre as questões que o afligem. Esse modelo, segundo



Carlim e Castro (2006, p.68), “define um emissor ativo e um receptor passivo, ambos integrantes de um processo intencional, cujo objetivo é persuadir por meio de seu conteúdo”.

Nas palavras de França (2003), a imprensa não inventou a comunicação, apenas contribuiu para torná-la mais complexa no seu desenvolvimento, através de múltiplas formas e modulações na sua realização.

As informações emitidas de maneira cada vez mais rápida pela mídia ao ambiente vêm apontando respostas prontas e acabadas para todos os fenômenos sociais, evidenciando o ideal capitalista mercadológico que molda o que é permitido conhecer, saber e ter acesso. Embora essa disseminação de informação venha sendo vista como comunicação, não representa, segundo Wolton (2010), uma comunicação propriamente dita, que deve ser concebida como algo muito mais abrangente.

### 3.2 A COMUNICAÇÃO DE MASSA E A AGENDA DE DISCUSSÃO PÚBLICA

O surgimento da ideia de “massa” tem sido vinculado aos grandes aumentos populacionais na atualidade, mais especificamente sinônimo do desenvolvimento cada vez mais acelerado da vida urbana.

Aliado a esse crescimento populacional, principalmente nas grandes cidades, a ideia de massa pode favorecer a um entendimento meramente estatístico, quando, na verdade, diz respeito a uma coletividade difusa e anônima que habita espaços físicos diferenciados, espalhados pelas mais diversas partes do país e que pode sofrer estímulos, o que Andrade (1989) define ao afirmar que:

Na massa, os seus integrantes podem sofrer os mesmos estímulos sem necessidade de contato pessoal, pois os modernos veículos de comunicação massiva (jornal, revista, rádio, televisão etc.) oferecem condições excepcionais para proporcionar a grandes coletividades o comum excitante (ANDRADE, 1989, p.30).

A aparente impossibilidade de homogeneizar a massa, por não habitar o mesmo lugar que a multidão (presença, reunião de pessoas em um mesmo local),

isso é perfeitamente palpável com o advento dos meios de comunicação, o que torna os membros da massa iguais, mesmo sendo originados de grupos sociais diferentes. O isolamento físico uns dos outros é o que parece alimentá-la quanto à existência de um estímulo que os homogeneíze.

Esse isolamento transcende o mero afastamento físico do indivíduo na massa, pois, segundo Odalia (2012), a sociedade de massa traz à tona um homem de atitude individualista, impessoal, anônima e competitiva, que passou a enxergar o seu semelhante como um ser perigoso e ameaçador, restando a ele, uma vez isolado, a experimentação de suas próprias experiências.

Uma vez isolado e exposto à comunicação de massa, quase sempre o indivíduo não terá presenciado o fato veiculado, ou dele terá participado, e, nas palavras de Carvalho Neto (2005, p.29), esse tipo de comunicação:

Compreende aquela que, diferentemente da comunicação interpessoal, inclui a mediação de um aparato sócio-tecnológico que, inserido em determinado ambiente social, produz uma “gramática” (conjunto de regras para a linguagem) a que nem todos têm acesso.

Para conseguir esse intento de atingir o indivíduo na grande massa, várias teorias da comunicação voltadas às tentativas de explicação do comportamento do indivíduo quando submetido aos estímulos provocados pela mídia surgiram desde os anos 1940, a primeira delas, a Teoria Hipodérmica, preconizava o seguinte:

Cada indivíduo dentro da grande massa de receptores é diretamente atingido pela mensagem midiática, cujos estímulos são percebidos de maneira análoga para todos, que sem qualquer interferência ou resistência, são manipulados seguindo os princípios behavioristas de estímulo e resposta (WOLF, 1995, p.22).

A falência desse modelo, que baseava suas premissas na relação estímulo-reposta<sup>5</sup>, começou com o aprofundamento de estudos sobre o poder de persuasão ou Teoria Empírico-experimental, que, segundo Wolf (1995), acreditava ser possível

---

<sup>5</sup>A expressão “estímulo-resposta”, pertence à teoria comportamentalista do behaviorismo, cunhada pelo psicólogo norte-americano Burrhus Frederic Skinner, que acreditava que todo comportamento humano é infalivelmente controlável por meio do entendimento de que as atitudes dos indivíduos eram consideradas como previsíveis. Revista Nova Escola. ed. especial - Grandes Pensadores, nº 25, São Paulo: Fundação Victor Civita, 2009.

persuadir o receptor se a mensagem pudesse adequar-se às suas diferenças individuais, preferências, inclinações, preocupações e ideias.

A evolução das pesquisas abandonou o viés psicológico e passou a orientar os estudos por um viés sociológico que considerou o contexto social como contributo à influência do indivíduo na emissão de mensagens pela mídia, ou seja, a rede de interações que os indivíduos mantêm uns com os outros são mais eficazes na influência do que apenas a relação entre mídia e massa (WOLF, 1995, p.33).

A quarta e última teoria do ciclo de estudos que marcaram uma época abandonou as premissas anteriores e adotou o entendimento, também de cunho sociológico, de que a mídia exerce uma função na sociedade na seguinte conformidade:

“[...] Na manutenção do esquema de valores, o subsistema das comunicações de massa é fundamental, na medida em que desempenha parcialmente a tarefa de realçar e reforçar os modelos de comportamentos existentes no sistema social” (WOLF, 1995, p.56).

É possível, pois, levando-se em consideração os modelos teóricos discutidos, que a comunicação de massa possa, eventualmente, uma vez satisfeitas as características de uma ou outra teoria, conseguir efeitos notáveis no que se propõe, que é a atração de número cada vez maior de receptores, haja vista o monopólio real sobre os instrumentos de difusão da informação que se detém.

Na credibilidade adquirida junto à população, de representante social da realidade, a mídia fornece um campo de visão mais abrangente da realidade social para os indivíduos, através de uma mediação, de maneira que a experiência pessoal que terá o indivíduo sobre a realidade, antes de ser exposto à comunicação de massa, possui limites muito estreitos.

Nessa relação, segundo Bordenave (2012), a mídia seleciona partes da realidade diante da enorme quantidade existente e as difunde, embora isso não queira dizer, de acordo com ele, que os meios de comunicação deturpem a realidade intencionalmente o tempo todo. Ele explica que não há como se evitar a reconstrução seletiva da realidade, pois é impossível transmiti-la em sua totalidade durante a comunicação, devido a fatores como tempo, cortes e recortes, codificação, luz, som etc.

Por isso, o que é publicado pela mídia não reproduz a realidade social, apenas expressa um ângulo de visão, cujos fatos noticiados tendem a ser deformados, amenizados ou alargados em sua originalidade.

Essa ausência de originalidade nas informações transmitidas pela mídia tem sido naturalmente recebida pela sociedade, o que Chauí (2000) denomina de “relação ideologizada”, quando define ideologia como uma consciência forjada para alienar multidões e garantir interesses de grupos dominantes, através do estabelecimento de valores particulares maquiados em forma de interesses gerais.

A relação ideologizada funciona através de reportagens em revistas, rádios e TV. Surgem questões, aparentemente de interesse geral e que chamam a atenção da sociedade, por gerarem certo desconforto social, principalmente quando os peritos são convocados por esses veículos midiáticos para esclarecerem e opinarem acerca da “questão-problema” e de sua possível solução.

Ao ser exposta à cobertura jornalística, a população parece não ter consciência de sofrer qualquer tipo de influência da mídia. Na visão de Chomsky (2003), a grande massa de pessoas é definida como uma espécie de “rebanho assustado”, que não compreende nem participa das discussões sobre os interesses comuns. Para ele, o “rebanho assustado” é costumeiramente domado pela mídia através da fabricação de consenso.

Esse consenso, para Andrade (1989, p.56), “não é a opinião da maioria ou da minoria, mas uma opinião mesclada de todas as opiniões individuais ou grupais presentes na suposta discussão pública”.

Há uma espécie de “contágio social”, ou seja, diante de determinado problema apontado por uma notícia da mídia, as pessoas passam a escolher as mesmas soluções, em busca da ação conjugada, ainda que não totalmente consciente de seus propósitos. Nesse sentido, Ferreira (1997, p.3) afirma que:

(...) a mídia se apropria dos significados hegemônicos que circulam nas relações sociais e os reafirma, contribuindo para que sejam legitimados e naturalizados. O efeito dessa legitimação ocorre quando a representação ganha destaque como se refletisse algo que brota de toda a sociedade. Assim, aquela representação que o indivíduo tinha como resultante da sua percepção, introjetada na sua subjetividade, ao ser exposta pela mídia, dá-lhe a impressão de ter recebido o endosso da sociedade; deixa de ser algo particularizado, ganha condição de socializado e até de modelo a ser seguido.

Os “significados hegemônicos” mencionados dizem respeito a significados implícitos que não estão ao alcance do cidadão comum, que, por sua vez, será influenciado a aceitar aquela realidade a ele direcionada.

Os telejornais, ao proliferarem as questões na sociedade, transmitem a ideia de que houve abundância de informações, quando, na verdade, as informações pouco se diferenciaram de uma cobertura para outra.

Através da imprensa periódica, a grande massa de pessoas, mesmo que dispersas umas das outras, se associam estreitamente sem jamais se terem visto nem conhecido, mas consumindo de igual modo a produção quantitativa de opinião da mídia, na condição de verdade, e, segundo Shecaira (2011, p.28),

A informação insistentemente repetida pelos meios de comunicação (cinema, rádio, televisão, publicidade, pesquisas, etc.) anestesia e, em seguida, manipula a consciência das pessoas, a tal ponto que estas passam a colher os mandamentos do mercado como verdades incontestáveis, dando reforço, deste modo ao pensamento único. E, de todas as ilusões, a mais perigosa consiste em pensar que existe uma só realidade.

Nessa exposição de informações repetidas, o indivíduo não consome notícias de diferentes fontes para interpretar a realidade social, de modo que a fonte geralmente consultada é aquela que mais atrai a atenção, e, ainda que se mude o canal ou se leia outro jornal ou ainda se escute outra rádio, há de se receber uma discussão semelhante sobre as questões sociais, a que Tarde (2005, p.93) faz lembrar que “todas as manhãs, os jornais servem a seu público a conversação do dia”.

Assim, a maioria dos indivíduos fica submetida ao poder simbólico emitido pela mídia, e, ainda que consultasse variadas fontes buscando interpretar a realidade, não conseguiria analisar a intenção por trás da fonte midiática consultada, e diante disso Bourdieu (2007, p.73) revela que “o analista procura a intenção objetiva escondida por debaixo da intenção declarada”.

Isso acontece porque as mensagens veiculadas por ela – a mídia - passam a ter valor de verdade, pois, no imaginário social, a notícia jornalística é a única opção para o cidadão obter conhecimento da realidade. A mídia recebe, então, autonomia suficiente para desempenhar o papel legitimamente fornecido pela sociedade para atuar como porta voz da realidade social.

Muito além de não ter presenciado os fatos noticiados, a maioria das pessoas dá credibilidade ao noticiário sem questioná-lo, por acreditar que os acontecimentos só são vistos porque a mídia os difunde, e sem a difusão os fatos não fazem parte da realidade social. Ainda para Kegler e Barrichello (2007, p.105), “é através da mídia que os campos têm a oportunidade de posicionarem-se no espaço público”.

Para Koff (2005, p.23), “jamais em outras épocas, o sentido e visibilidade das ações sociais estiveram projetados de forma tão privilegiada em um único campo. Com efeito, o campo das mídias atrai para si todos os demais campos sociais”.

Em algumas ocasiões, a produção do acontecimento parece estar nas mãos da sociedade, principalmente no momento em que as pessoas se mobilizam e saem às ruas, como as últimas mobilizações públicas em vários estados brasileiros. Nesse sentido, Bourdieu (1997, p.35) afirma que, para se conseguir a atenção da mídia, “é preciso conseguir produzir um choque de interesse ao seu conjunto ou pelo menos a um dos meios de comunicação, e que poderá ser reforçado pelo efeito da concorrência”.

Mas, é preciso cautela nessa afirmação, pois a mídia age sobre o momento e fabrica coletivamente uma representação social reforçando e mobilizando as interpretações espontâneas das pessoas, de modo que a produção do acontecimento pode retornar facilmente para as suas mãos, através da construção e reconstrução da notícia, e, quanto a tudo isso, Champagne (2012, p.67) afirma:

Quando são populações marginais ou desfavorecidas que atraem a atenção jornalística, os efeitos da mediatização estão longe de ser o que esses grupos sociais poderiam esperar, porque os jornalistas dispõem, nesses casos, de um poder de constituição particularmente importante, a fabricação do acontecimento foge quase totalmente a essas populações.

Ainda que em algumas vezes a sociedade possa chamar a atenção dos meios de comunicação para determinado acontecimento, a mídia consegue moldá-los e defini-los dentro dos interesses mercadológicos, no que se chama de “valores-notícia” que definem aqueles fatos cuja publicação é importante, e que, para isso,

precisam fazer parte de certo consenso existente em torno deles na sociedade, como as manifestações públicas atuais.

Situações cotidianas fora do comum, dramáticas, fatos que demonstrem tristeza, sentimentalismo e tenham consequências negativas, como desastres, dramas, a vida dos poderosos, entre outros, segundo Bordenave (2001), representam o rol de assuntos que, certamente, conseguirão vender a notícia. Quanto a essa abordagem, o autor denomina-a de “Agenda Setting”, que, segundo ele próprio:

Consiste em os meios de comunicação determinarem a agenda da discussão pública, ao selecionarem assuntos que mereçam destaque, através de uma seleção de acontecimentos de maneira tendenciosa para chamar a atenção do público, e que seja favorável aos interesses dominantes e dos próprios meios (BORDENAVE, 2001, p.33).

Assim, a formação da “agenda” com a fabricação do cenário social pela mídia em parceria com as instituições de Estado conduzem a sociedade para a irreflexão através da imposição do consenso, o que Budó (2004, p.32) vai denominar de ‘engenharia do consenso’, que, segundo ela, “opera com armas muito mais sutis e eficazes do que a censura bruta: sua matéria-prima são nossos próprios preconceitos e convicções”.

Essas instituições seguem à espera de poderem fornecer respostas de “consenso” quando acionadas pela mídia, gerando um clima de aceitação da realidade vigente e da certeza de que as instituições que representam a sociedade estão fazendo o máximo que podem para tornarem a realidade social mais condizente para as pessoas.

Consoante Bordenave, a comunicação informacional que a mídia tem disseminado na sociedade tem sido utilizada muito mais para:

Legitimar e manter uma ordem social caracterizada pela exploração das maiorias, pela verticalidade e o autoritarismo das relações, pela demagogia e o apelo às emoções fáceis. O potencial verdadeiro da comunicação está ainda longe de ter sido aproveitado para apoiar o surgimento de uma nova civilização e de um homem novo (BORDENAVE, 2001, p.34).

Assim, a comunicação social pautada na relação entre mídia e sociedade, vem se distanciando cada vez mais do verdadeiro papel da 'comunicação', tendo em vista a persistência na veiculação de cobertura informacional, unilateral, veloz e com abundância de mensagens pautadas mais na quantidade e repetição de notícias do que pela diversificação de ângulos de visão.

### 3.3 OS PRINCIPAIS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

#### 3.3.1 A televisão

São vários os meios informacionais cuja essência confunde o fazer comunicação com a informação mercadológica. Cada um deles mantém propriedades específicas que diferem entre si de acordo com as possibilidades, objetivos e interesses.

Na comunicação de massa, todos os meios têm a sua importância dentro do processo de massificação, sobretudo a televisão, o jornal impresso e o rádio, de forma que, sem a intenção de querer esgotar, neste trabalho, todos os tipos e características dos principais meios de comunicação, até mesmo porque a expressão a ser aqui considerada abrange todos eles - a "mídia" segue a caracterização geral dos principais.

Indiscutivelmente, se perguntarmos às pessoas qual o objeto de consumo que não pode faltar em sua casa, certamente a resposta seja a televisão, haja vista que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a televisão chega praticamente a todos os municípios brasileiros e está em 90% das residências.

Na condição de meio de comunicação, a TV é o preferido dos veículos midiáticos, e isso pode ser explicado pela possibilidade de que ela forneça imagens no tempo presente com diversos recursos audiovisuais e possibilitando ao público a participação na programação, mormente nos telejornais.

Conforme Lima (2012, p.112), "a hegemonia da televisão pela nossa cultura de oralidade populariza o agendamento das classes dominantes, tanto nos programas informativos, quanto nos de entretenimento".



Ao se falar sobre a importância dos meios de comunicação de massa para a globalização, no momento em que são eles que trazem o mundo para dentro das residências, Rocha (1998, p.122) afirma que “o espectador ao assistir a TV, agrega-se a esse público potencialmente imerso e anônimo que a assiste ao mesmo tempo, estabelecendo com ele uma espécie de laço invisível e silencioso”.

A imagem televisiva interage com o público telespectador e para além da fala dos apresentadores na divulgação das notícias. Além do mais, a imagem disposta na tela da TV passa a ser a garantia decisiva de que um fato realmente aconteceu e para que o receptor já faça uma leitura particular do que viu. Ao possibilitar a televisão a inclusão do movimento na imagem, ela também propicia uma maior aproximação em relação ao real.

### **3.3.2 O jornal**

Para além da escrita, esse veículo midiático tem essa característica de leitura específica das imagens dispostas, independentemente do texto que a acompanha.

A comunicação impressa, embora venha comumente concentrando sua técnica em dar a notícia após o fato, ainda assim consegue vendê-la, o que Tarde (2005, p.8) justifica ao afirmar que “fato atual não é só aquele que acaba de acontecer, mas todo aquele que inspire interesse geral, mesmo que se trate de um fato antigo”.

Mesmo que o fato seja ultrapassado, a mídia impressa traz, no dia seguinte, não só a escrita ou a fala em torno dele, mas a imagem da ocorrência, de maneira que essa imagem torna-se a principal fonte de atração e persuasão para o consumo da notícia, isso porque permite uma leitura visual que independe daquilo que está escrito ou foi dito sobre o fato.

Para Souza (2001), a palavra fala da imagem, descreve-a e traduz, mas jamais revela a sua matéria visual. A escrita, assim como a fala, atua de forma coadjuvante da imagem, de maneira complementar, no momento em que se suprem as deficiências de entendimento numa complementação recíproca.

Para Coutinho (2006), a utilização da imagem pela mídia recria o ambiente do acontecimento, estabelecendo uma percepção simbólica do fato original que transporta o receptor para o local dos fatos.

Essa proliferação competitiva e banalizada das imagens jornalísticas alimenta o espetáculo midiático que se nutre do desejo de ver, mais do que de saber sobre os fatos. A imagem jornalística interage com qualquer público.

### **3.3.3 O rádio**

Na atualidade, o rádio continua sendo um dos veículos de comunicação mais presentes na vida das pessoas, em qualquer parte do País. Para muitos ouvintes o rádio representa o único canal de informação e de conhecimento, considerando muitas localidades distantes dos grandes centros urbanos que não dispõem de acesso a outros meios de comunicação como a TV e o jornal impresso.

Para Neuberger (2012), utilizando-se de uma linguagem verbal oral, o rádio AM ou FM<sup>6</sup> acompanham o torcedor dentro dos estádios de futebol, no amanhecer do dia com os programas jornalísticos ou ao meio-dia.

Já para Dalmonte (2010), o radiojornalismo apresenta novos dispositivos de captação e transmissão dos fatos através de sons e com a palavra falada ingredientes, segundo ele, fortes o suficiente para fazerem de cada ouvinte um construtor individualizado de imagens.

Portanto, sem apresentar qualquer aparato visual como a televisão ou o jornal impresso, o rádio consegue mexer com a imaginação das pessoas, que passam a criar imagens próximas de sua realidade social, através da transmissão em tempo real.

---

<sup>6</sup>AM (amplitude modulada) e FM (frequência modulada) indicam os modos como são modulados os sinais emitidos pelas ondas de rádio. AM atinge longas distâncias, porém, está mais sujeita a interferência por ruídos do que a FM que por sua vez não tem o alcance da primeira.

## 4 MÍDIA E VIOLÊNCIA

### 4.1 A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

Os grandes centros urbanos têm deparado constantemente com índices significativos de violência, a ponto de considerá-la uma rotina na vida moderna, de forma que pensamos, agimos e pautamos nossas vidas em função de toda essa violência exacerbada.

Portanto, os passos atualmente dados pelo homem na sociedade têm buscado adequação às estratégias individuais de enfrentamento ao fenômeno da violência, principalmente quando nos trancamos em casa e acrescentamos às portas e janelas grades e cadeados, ou cerca elétrica ao redor do imóvel, fato típico das grandes cidades.

Para Tavares dos Santos (2009), a violência é uma relação social incorporada à sociedade e aceita pela mesma como prática normal, cuja característica abrange o uso real ou virtual da força que impede o reconhecimento do outro, provocando algum tipo de dano.

Na ótica de Odalia (2012, p.82), a violência “não é evidente por si mesma em todas as suas manifestações, algumas das quais tão sutis e tão bem manejadas que podem passar por condições normais e naturais do viver humano”.

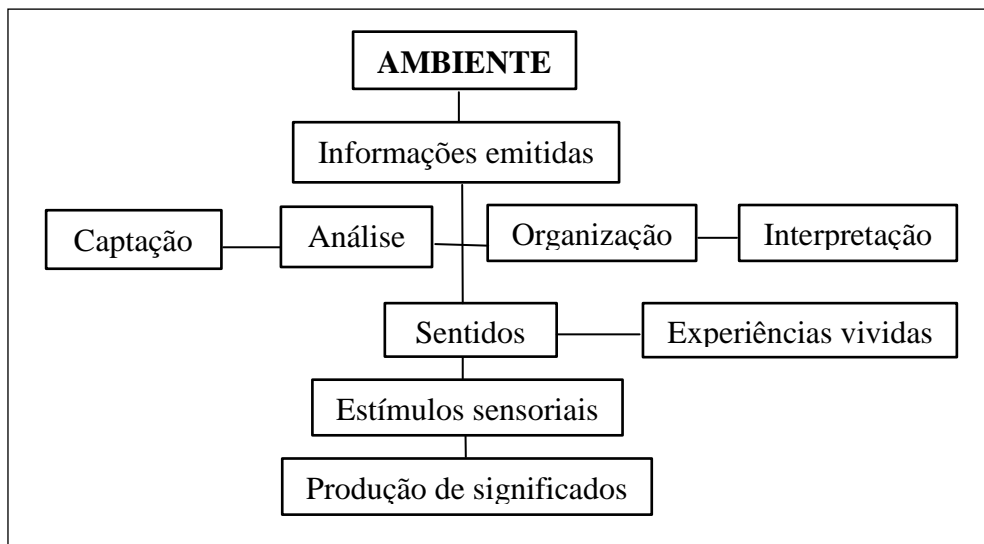
Para a Organização Mundial de Saúde, a violência constitui “o uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002, p.5).

Embora a OMS estabeleça a amplitude conceitual do fenômeno, a violência dominante no imaginário social tem sido, ao longo dos anos, a delinquencial ou criminal, identificada como aquela que atinge diretamente a integridade corporal, em geral, a agressão física, assassinato, sequestro, tortura, roubo e outros tipos de crime contra a pessoa ou contra o patrimônio.

Fenômeno polissêmico e plural, de muitas causas e fatores, a violência vem sendo empregada pelo senso comum, de maneira genérica, reflexo das

regulamentações sociais e da exigência cada vez mais crescente por segurança que faz com que o fenômeno tenha maior visibilidade (PORTO, 2002).

Ao se comunicar e interagir com o ambiente, o ser humano utiliza a percepção para encontrar significado e compreensão das coisas ao seu redor, principalmente sobre o fenômeno da violência. Segundo o dicionário (BUENO, 1992), percepção é o ato ou efeito de perceber, a partir de experiências anteriores vividas. A percepção da realidade circundante funciona como mostra o quadro abaixo:



**Figura 1:** Mapa mental da percepção.

Diversas informações a respeito da realidade são emitidas ao nosso redor durante todo o tempo. Ao interagirem com o ambiente, as pessoas captam, analisam, organizam e interpretam à sua maneira as informações obtidas do meio circundante. A percepção, para Peruzzolo (2005, p.14), “é o processo biofisiológico de captação, elaboração e registro de estímulos que sensibilizam os órgãos sensoriais”.

As quatro operações citadas são realizadas pelos sentidos, e estes, ao serem acionados, misturam-se às experiências vividas no meio social, ou seja, os acontecimentos ao redor das pessoas entram em choque com os receptores sensoriais, e, a partir daí, uma série de estímulos valorativos são emitidos para contribuir com a produção de significados das informações obtidas do ambiente (PIMENTEL, 1978; TREVISAN, 2010).

Nas palavras de Teles (1975), percepção é, então, um modo de experimentar o mundo e de agir concretamente sobre ele. Tem por função regular a atividade relacional do organismo, e cada indivíduo terá a sua própria maneira de perceber o ambiente com suas experiências, crenças, valores e atitudes.

A partir da realidade objetiva posta em contato para cada indivíduo e a confrontação que este realiza com os repertórios de informações já previamente armazenados na mente, o autor explica que é gerada a construção de um significado que, para a sua finalização, o indivíduo fará uma seleção dos aspectos mais importantes do dia a dia, denominada de “percepção seletiva”, com a qual as pessoas percebem aquilo que lhes interessa.

Esses aspectos selecionados representam apenas uma das maneiras de ver a realidade, cuja percepção poderá modificar-se à medida que os indivíduos forem adquirindo novas informações sobre o ambiente.

Em contato com novas informações, as pessoas ouvem aquilo que se lhes ajusta ao sistema de crenças, acrescentando ou nivelando a nova informação, através da “distorção seletiva”. Nesse aspecto, o que for mais relevante para o indivíduo irá permanecer em sua mente e será mais tarde lembrado através da “retenção seletiva” (CARLIM E CASTRO, 2006).

Dentro desse contexto, as pessoas recebem informações sobre violência através de várias fontes: mídia, órgãos públicos, relação interpessoal etc., porém, a mídia, dadas as estratégias utilizadas para se atrair a atenção e repercutir a questão, tem sido a mais significativa das fontes.

Nesse tocante, os meios de comunicação de massa, legitimados como representantes da realidade social, também são produtores de sentidos, a partir do momento em que promovem ângulos de visão da realidade, que Castells (1999, p.203), elucida ao dizer que “[...] vivemos em um ambiente de mídia, e a maior parte de nossos estímulos simbólicos vem dos meios de comunicação”.

Assim, os estímulos provocados pela cobertura da mídia contribuem para alterar a percepção da realidade, e, segundo Kegler e Barichello (2007, p.100), isso “ocorre através de novos regimes de visibilidade pública que são caracterizados e determinados por processos de mediação com base em meios tecnológicos ou não, nas instituições e nos contextos envolvidos”.

O espaço jornalístico privilegiado transforma a violência em objeto de fascínio que contagia as pessoas pela maneira dramatizada e teatralizada com que o fenômeno é divulgado. Sobre isso, Sodré (2006) afirma que a espetacularização de fatos delituosos parece “cativar” as pessoas a manter a audiência na programação, o que contribui para banalizar a violência que passa a ser vista como algo normal, onde o espectador se auto-reconheça.

Para Gomes (2010), o fenômeno da violência foi transformado em consumo comunicacional pela imprensa popular. Já na ótica de Porto (2002), os veículos de comunicação de massa possibilitam a construção do real pelo virtual, fazendo com que a realidade da violência torne-se parte do dia a dia das pessoas, mesmo para aquelas que nunca se defrontaram com o fenômeno diretamente.

Segundo Tarde (2005), há um interesse geral e diário que é estimulado pela opinião pública que atrai as pessoas para o consumo do fato violento. Para ele, só o jornal do dia interessa, pelos fatos atuais que este veículo midiático relata, não devido ao conhecimento deles, mas devido à proximidade desses fatos do cotidiano das pessoas.

Os fatos violentos noticiados pela mídia perderam o estranhamento, cuja aceitação, como normal, dificulta a reflexão sobre a matéria, fazendo com que seja logo esquecido e substituído, dando lugar para outros noticiários (SOUSA, 2008).

O esquecimento aqui é representado pela naturalização da violência que é identificada pelos indivíduos como um fato que não tem prazo para deixar de acontecer, ou que faz parte do cotidiano.

Para Niche (2009), a curiosidade popular sobre o desenrolar dos fatos nos bastidores da aplicação da justiça ganha espaço através da mídia, da qual o cidadão poderá participar e ao mesmo tempo acompanhar os procedimentos policiais sem precisar sair de casa.

A percepção da violência que o indivíduo terá por influência da mídia estará no cenário de violência que não necessariamente foi criado pela mídia, pois os fatos acontecem independentemente da cobertura dos veículos midiáticos, porém, a capacidade tecnológica em divulgar esses fatos e torná-los acessíveis a um número maior de pessoas influencia a percepção social, até mesmo porque aquilo de que as pessoas não tomam conhecimento não existe para elas.

## 4.2 MEDO, MÍDIA E INSEGURANÇA

O tema do medo social tem se destacado em diversos estudos científicos acerca de seu poder de influenciar o comportamento dos indivíduos na sociedade, além de ser apontado como uma poderosa ferramenta de dominação e controle da coletividade através dos meios de comunicação de massa.

Segundo Kogut e Silva (2008, p. 278), “Sentido individual ou coletivamente, o medo é fenômeno de paralisação do senso normal da vida, altera relações de formas e espaços, traz à tona uma imagem duvidosa, reflete insegurança, tristeza e dá noção de fragilidade”.

Na atualidade, o medo tem sido cada vez mais relacionado com a sensação de insegurança cotidiana vivida pelos indivíduos em torno da violência e criminalidade. Segundo Adorno e Lamin (2008, p.164), “embora a violência não seja o principal motivo que explica a insegurança vivida pelas pessoas, é exatamente a ela que as pessoas atribuem seus medos”.

Isso acontece porque situações pontuais como furto, roubo, arrombamentos ou quaisquer outros tipos de atos violentos ou criminosos são percebidos como fontes inquestionáveis de insegurança, causando impacto muito sensível no comportamento coletivo, segundo eles, o que significa dizer que o indivíduo estabelece uma correlação entre um ato violento contra seu semelhante e a possibilidade de o mesmo ato acontecer com ele próprio.

Para além de uma simples manifestação emocional em torno de um ato violento, o medo envolve respostas paralelas, comportamentais e até fisiológicas, fruto dos estímulos ambientais que representam sinais de perigo.

Por conta desse suposto perigo, as pessoas se sentem vulneráveis, e o clima de insegurança generaliza-se, desse modo surge o medo social, que faz acreditar estar o inimigo em todo lugar, de modo que esse mesmo medo pode, a qualquer momento, apresentar-se nas situações mais imprevistas, sob qualquer aparência (FREIRE COSTA, 1993).

O sentimento de risco de vitimização é, para Chomsky (2003), o causador de medo nas pessoas, passando uma ideia de que aquele determinado ato delituoso, quando divulgado pela mídia, está sem controle, como afirma:

Você amedronta, aterroriza e intimida a população para que ela se encolha de medo e fique acovardada demais para sair do lugar. Essa é uma maneira de você manter o rebanho assustado incapaz de prestar atenção no que realmente acontece à sua volta, mantê-lo distraído e sob controle (CHOMSKY, 2003, p.39).

O papel da mídia para o fortalecimento do medo social na atualidade guarda proporções semelhantes à imposição da obediência por meio do suplício dos corpos dos condenados em praça pública no século XVIII, como afirma Foucault (2007). A obediência através da “docilização dos corpos”, segundo ele, buscava-se produzir à racionalização de comportamentos e disciplinar os corpos e mentes rebeldes em instrumentos dóceis de serem controlados.

Na atualidade, a comunicação simbólica dominante entre a instituição penal e o conjunto da sociedade se dá por meio da forma como as sentenças são publicizadas, ou seja, através da vítima e do criminoso, a sociedade toma conhecimento, como exemplo o castigo sentenciado em determinado caso.

Embora os atos em praça pública atraíssem a atenção da população para o local do suplício, seja por curiosidade ou fascínio pelo espetáculo, proporções podem ser guardadas entre uma época e outra com relação à intenção simbólica de se colocar medo na população.

A sensação de risco iminente que as pessoas sentem, não representando necessariamente um risco real para as suas vidas, proveniente do impacto provocado pela cobertura da mídia, que potencializa situações de violência, torna-se tão perverso quanto a maneira de se provocar o medo na população de outrora.

Portanto, a relação entre medo e mídia se entrelaça muito mais pela divulgação de notícias sobre violência e bem menos pela relação estatisticamente comprovável de suposta insegurança em determinada área, bairro ou comunidade. A percepção do indivíduo sobre a violência cotidiana é então proporcional ao tamanho, duração e intensidade da cobertura da mídia.

O exagero provocado pela cobertura midiática e pelos boatos a partir daí, segundo Skolnick e Bayley (2006, p.16), “destrói os padrões de vida cotidiana, tranca as pessoas em suas casas, especialmente os mais velhos, causa estresse, contribui para a deteriorização dos bairros, para perdas no comércio, e deixa algumas partes da cidade nas mãos de criminosos”.



As informações midiáticas, nesse sentido, contribuem para a contração do espaço público, e, conseqüentemente, conduzem a população para a necessidade aparente de cada vez mais proteção individual. A percepção dos indivíduos será a de que o problema da segurança pública não tem melhorado, e, sob o domínio do medo, as pessoas passam a consumir a cobertura sobre crime e violência de maneira exagerada, cuja tendência é a mudança de atitudes e comportamentos.

Em pesquisa feita por Porto<sup>7</sup> (2002) sobre a contribuição dos meios de comunicação de massa para o aumento da violência e do medo social, o resultado foi de 78,6% ao se afirmar que sim, contra apenas 21,4% ao se afirmar que não.

Para Cruz (2009), as informações sobre crimes se relacionam com as que já estão armazenadas na memória das pessoas, principalmente se já aconteceu com pessoa próxima, criando um sentimento que dá ao fato e à notícia uma maior relevância. O indivíduo, segundo ela, quando exposto à mídia, já possui em sua mente algumas predisposições que farão com que se forneça maior ou menor credibilidade ao fato noticiado, apreendendo-o mais depressa, inclusive se esse indivíduo já tiver sido afetado pela violência.

A violência e sua aparente falta de solução divulgada pela mídia contribuem para se fortalecer o imaginário social de que se vive em um caos generalizado, impossível de ser controlado, até mesmo porque inúmeras tentativas de acerto já foram testadas e não deram certo, permanecendo a preocupação social sobre o que fazer para se ter segurança.

O medo é gerado, sobretudo, pelo descrédito das pessoas na atuação do próprio Estado, identificado como ausente por grande parte da população de baixa renda, e este fato faz com que as pessoas adotem mecanismos individualizados de enfrentamento ao fenômeno da violência, como pode ser percebido no trecho de entrevista abaixo, de um morador do bairro Liberdade, em Salvador:

[...] Tranco a porta e saio pouco;  
[...] ponho grades e mantenho barra de ferro atrás da porta;  
[...] fico de olho bem aberto para as pessoas que circulam aqui na rua (COSTA, 2005, p.121).

---

<sup>7</sup> Pesquisa realizada pela autora no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília no ano de 2002.

À espera do desejado melhoramento do cenário de medo social, as pessoas modificam bruscamente os seus hábitos, quer seja ao voltarem mais cedo para casa ou buscando proteção em outra ordem social, afastando-se do Estado e aproximando-se do marginal a quem recorrerá, caso necessite de ajuda, fato típico do cotidiano de muitas cidades brasileiras, onde a mão do Estado é mais distante.

Em pesquisa realizada pelo IBOPE<sup>8</sup>, foram entrevistadas 2.002 pessoas, sendo que 45% desse contingente populacional afirmaram terem aumentado os cuidados com segurança nos últimos três anos, enquanto 49% os mantiveram inalterados nesse período, e apenas 4% diminuíram os cuidados com segurança.

A mudança de hábito por causa da violência foi afirmada por 80% dos respondentes, principalmente ao adotarem cuidados ao saírem de casa e entrarem.. Quando a questão perguntou sobre circular pela cidade, 54% dos entrevistados afirmaram que evitam sair à noite. Para o quesito colocar grades, cadeado ou trancas em sua residência, obtiveram-se 36% das respostas.

Esse cenário social evidenciado na pesquisa, aliado aos efeitos globalizantes da economia, geradores de desemprego, competição, anonimato, individualismo e desestrutura familiar revela uma conexão que aponta para a reunião dos principais efeitos contemporâneos causadores da banalização das relações do homem com o meio.

Uma sociedade estruturada para permitir que a competição, o sucesso pessoal individualizado, sejam os parâmetros de aferição do que o homem é, não pode, evidentemente, preparar o homem para ver no seu semelhante outra coisa que não um concorrente ou uma presa a ser devorada (ODALIA, 2012, p.33).

Impossibilitadas de fugirem aos efeitos das desigualdades sociais, as pessoas procuram adaptar-se aos meios de comunicação e à sua tecnologia, fato que veem se consolidando como a principal fonte de construção das representações sociais de medo e insegurança.

Nesse sentido, cabe refletir se o que provoca o medo social é realmente um cenário de violência e de criminalidade em que o aparato de segurança pública não esteja atuando em todo esse enfrentamento, ou se esse medo é socialmente formulado pela mídia.

---

<sup>8</sup> A pesquisa denominada “**retratos da sociedade brasileira: segurança pública**” foi realizada pelo IBOPE no ano de 2011 abrangendo 141 municípios em todo o Brasil – Brasília: CNI, 2011. 65 p

## 5. ESTADO, MÍDIA, SOCIEDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

### 5.1 A “FABRICAÇÃO” DE CONSENSO SOCIAL

A ideia genericamente compreendida de segurança é que ela se traduz em um sentimento de tranquilidade nas pessoas, rapidamente desfeito quando o indivíduo se sente vulnerável no seu direito de ir e vir.

Para Bobbio (1997, p.312), o conceito de segurança toma a abrangência estatal, não mais observando a segurança individual, e sim a segurança da coletividade, definindo-a como “A situação de estabilidade do sistema institucional e de desenvolvimento ordenado da coletividade nacional no quadro dos princípios constitucionais, originariamente englobados num ordenamento”.

A segurança pública resume-se, pois, em um processo sistêmico de operações que apresentam certa unidade ou que se reproduzem com certa regularidade a partir da integração de um conjunto de conhecimentos e ferramentas de gestão que devem interagir na mesma visão, compromissos e objetivos.

No que diz respeito à gestão estatal da segurança pública, Pereira (2007, p.33) elenca as atividades exclusivas do Estado, entre elas as da polícia, quando afirma que:

São as atividades que garantem diretamente que as leis e as políticas públicas sejam cumpridas e financiadas. Integram esse setor as forças armadas, a polícia, a agência arrecadadora de impostos, as funções tradicionais do estado e também as agências reguladoras.

Porém, embora o poder de polícia<sup>9</sup> ainda esteja nas mãos do Estado, segundo Santos (2004), a iniciativa privada nacional já se encarregou de exercer pressões sobre o Estado, desde a década de 1980, para reduzir a intervenção na economia, o que culminou com o processo de terceirização de parte dos serviços

---

<sup>9</sup>A expressão “poder de polícia” encontra no Código Tributário Nacional (lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na seguinte conformidade: Art. 78. Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

públicos, especialmente o de segurança, que deixou de ser responsabilidade estatal até começar a ser lucrativa para o mercado.

As agências privadas de segurança formam verdadeiros “exércitos” de vigilantes que darão proteção, sobretudo à propriedade privada, de forma que o medo passa a ser um bom negócio para o mercado, cujo remédio só será adquirido por quem possa pagar pelo serviço.

Ao privatizar grande parte da segurança, passando-a às agências privadas, o Estado diminuiu suas responsabilidades, produzindo, segundo Anitua (2008, pp.768-769), “um aumento significativo do papel da família no controle social”. A ideia então passa a ser dividir com a sociedade o controle e enfrentamento à violência. Nesse sentido, ao utilizar a expressão “responsabilidade de todos” no artigo 144, a Carta magna consolidou a ideia de comunitarização da segurança pública.

Sociologicamente, a expressão corresponde a uma espécie de explicação por parte do Estado de que a violência tornou-se, desde então, um ato impossível de ser enfrentado em suas causas sem a parceria preventiva com a sociedade (GARLAND, 2008).

Nesse sentido, quando o cidadão apoia a ideia de controle, através da “prevenção compartilhada”, recebe orientações do Estado de como se prevenir da violência, alimentando o cenário caracterizado pelas figuras da “vítima” e “malfeitor”, de modo que a privacidade das pessoas por via da mídia é transportada do individual ao coletivo, para que possam providenciar a autodefesa.

Essa lógica da parceria compartilhada tem validade na teoria criminológica do consenso, em que Checaira (2011) afirma que há a necessidade de uma macrointervenção social para reconstruir a solidariedade social e aproximar os homens do controle da criminalidade, para que se consiga a minimização do controle formal na sociedade.

Assim, o objetivo implícito na parceria do Estado com a sociedade, em torno do fenômeno da violência, mais parece ser a modificação do meio social para torná-lo menos susceptível à ocorrência de delitos, ou seja, tentar-se reduzir apenas as oportunidades da ação delituosa em vez da modificação do próprio agressor potencial (CANO, 2002).

Nenhuma das estratégias de gestão da segurança por parte do Estado parece ter buscado tratar de causas da violência, mas apenas das consequências desta, até mesmo porque se privatizou parte da segurança pública, e a outra parte devolveu-se à própria sociedade, o que Checaira (2011, p.163), ao tratar sobre a Teoria da Desorganização Social, evidencia da seguinte forma:

A absorção das pessoas que apresentaram condutas delituosas só seria possível com o envolvimento preventivo da comunidade (e não repressivo), reconhecendo-se implicitamente que a sociedade era a responsável pela existência da própria criminalidade.

Assim, o consenso que acreditamos existir, na verdade, tem sido “fabricado”, socialmente, pelas instituições públicas estatais, implícito na elaboração de regras e normas para a atividade de policiamento ostensivo, conhecidas amplamente como preventivas, visando à ordenação das interações entre os seus integrantes e os cidadãos.

Nas palavras de Kunsch (2005, p.45), a instituição pública é um “tipo de organização de bem-estar social, cujo beneficiário principal é o público em geral”. Nesse sentido, as instituições do Estado são integradas ao rol das instituições que, segundo Shecaira (2011), são reguladoras do convívio social, e, devido a isso, precisam manter o universo simbólico atualizado na sociedade, através da legitimação da ordem institucional.

Para Conceição (2002, p.15), “as instituições são dotadas de certa soberania que lhes permite promulgar normas e elaborar referências convencionais para realizar mediação entre conflitos”.

Essa regulação social orquestrada pelo Estado e suas instituições, na visão de Souza Junior (2002), já está legitimada pela sociedade no momento em que esta é representada, legalmente, para tomadas de decisões, pelos representantes políticos, à medida que, segundo ele, esses representantes:

Institucionalizam procedimentos reguladores de confrontos de interesses dentro da comunidade, tornam as decepções inevitáveis a toda decisão final, aceitáveis aos perdedores. Desse modo, a representação, enquanto procedimento, já tem uma função legitimadora e essa legitimação não deixa de ser, ela própria, um fator de consensos (SOUZA JUNIOR, 2002, p.50).

Segundo Kegler e Barrichello (2007, p.99), “o que as organizações buscam é estruturar um processo constante de interpretação e reinterpretação, além da transmissão constante dos significados institucionais, a fim de adquirir aceitabilidade e reconhecimento públicos”.

## 5.2 A RELAÇÃO ENTRE ESTADO, MÍDIA E SOCIEDADE NO BRASIL

O direito à informação foi alçado ao *status* de direitos fundamentais explícitos, ao ser elencado na Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso IX, que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. A Carta Constitucional do Brasil, em outro artigo, reafirma a vedação a qualquer tipo de restrição prévia ao direito à informação:

**Art. 220.** A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. § 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

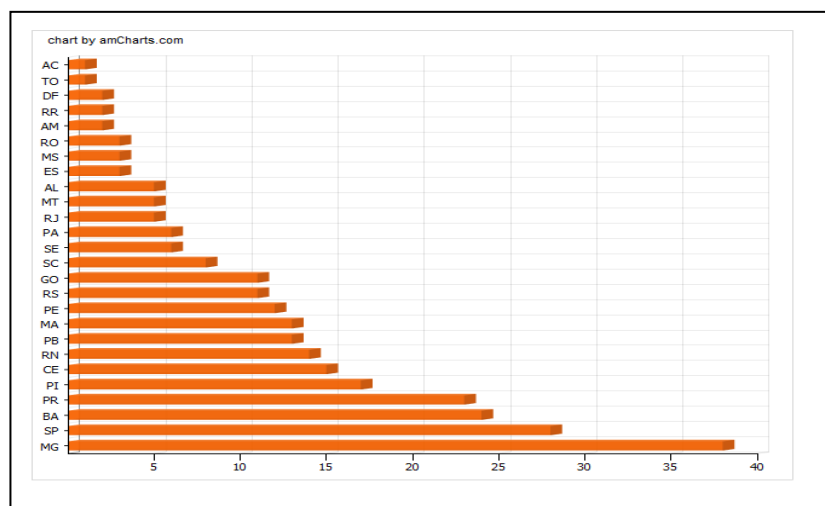
Nesse sentido, o direito à informação é relativizado por diversos dispositivos constitucionais e infralegais que protegem a imagem, dignidade, honra, intimidade e outros direitos das pessoas contra abusos perpetrados pelos meios de comunicação, assim como princípios constitucionais norteadores das atividades de comunicação, insculpidos pelo art. 221, “A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Com relação à concessão ou renovação dos serviços de rádio e televisão, tal instituto apresenta-se de forma bem peculiar. Assim, o ato de outorga ou renovação da concessão de serviços públicos de radiodifusão sonora e de sons e imagens será realizado pelo Presidente da República, que deve submeter o ato à

apreciação do Congresso Nacional, cujo prazo poderá ser de até 10 anos para rádio, e 15 para televisão, e não haverá proibição de renovação.

O ato de conceder, renovar, ou não renovar as concessões de tais serviços públicos origina-se do Presidente da República, mas é no Congresso Nacional que será decidido, conforme comando constitucional no art. 223 § 2º da CF/1988 – “A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, 2/5 do Congresso Nacional, em votação nominal”.

O legislador constituinte fechou ainda mais o sistema, ao disciplinar que o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial. No Brasil, 271 políticos (do Legislativo e Executivo) são sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação<sup>10</sup>, de modo que 128 geradoras e 1.765 retransmissoras de TV estão nas mãos de políticos, conforme gráfico abaixo.

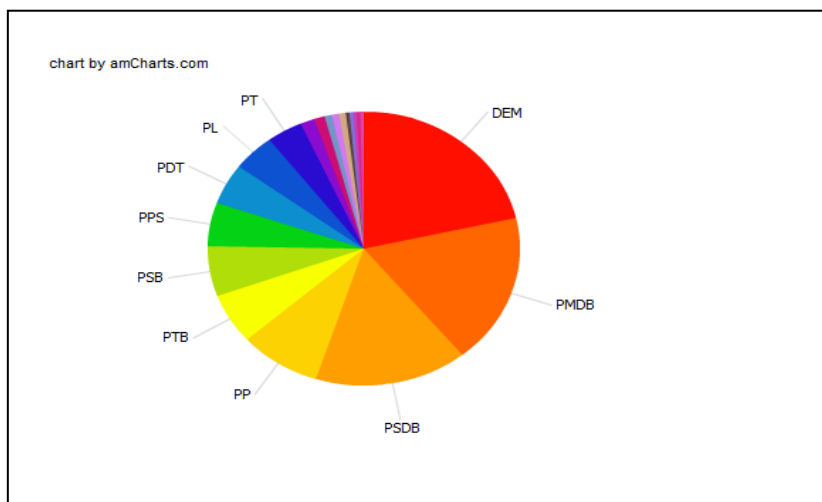


**GRÁFICO 1:** Divisão da mídia por estados no Brasil.

Fonte: retirado do *site* “Donos da Mídia”.

Um grupo de comunicação destaca-se entre todos os outros no estado da Bahia: o Grupo Rede Bahia, afiliado à Rede Globo, que controla 10 veículos de comunicação, sendo 3 rádios FM, mais um jornal diário, o Correio da Bahia, e mais 6 geradoras de TV espalhadas pelo estado, segundo dados do referido *site*.

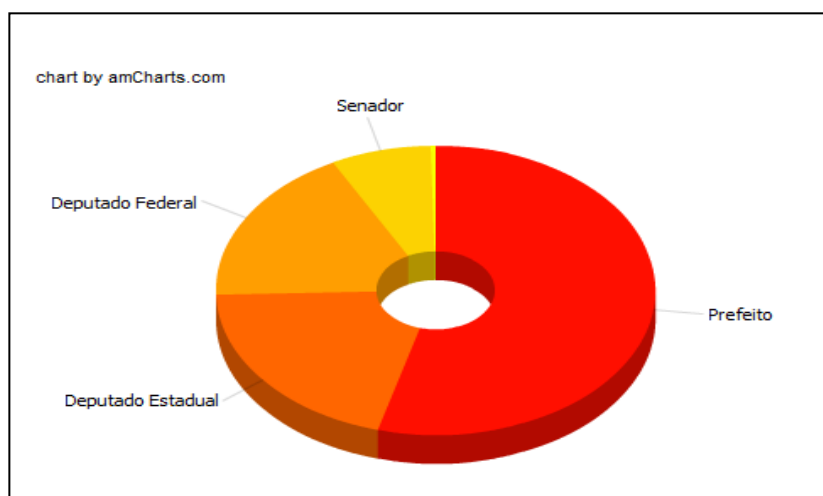
<sup>10</sup> O *site* “Donos da Mídia” reúne dados públicos e informações fornecidas pelos grupos de mídia para montar um panorama completo da mídia no Brasil.



**GRÁFICO 2:** Divisão da mídia por partidos políticos  
**Fonte:** retirado do *site* “Donos da Mídia”.

Como foi visto no comentário ao quadro (3), a Bahia conta com o Grupo Rede Bahia, que pertence ao grupo político do partido Democrata (DEM), em cuja divisão em todo o Brasil o referido grupo larga na frente em quantidade de veículos de comunicação afiliados.

No que tange aos cargos eletivos, os meios de comunicações possuem maior concentração nas mãos dos chefes do executivo municipal. É provável que esse fato tenha relação com o número elevado de municípios no Brasil, que se aproxima de seis mil entes.



**GRÁFICO 3:** Divisão da mídia por cargos eletivos  
**Fonte:** retirado do *site* Donos da Mídia

O domínio dos detentores de cargos políticos sobre a imprensa é fato que entra em rota de colisão com princípios democráticos. O primeiro dos princípios



atingidos é o direito à informação. Nesse sentido, o cumprimento de tal missão é obstaculizado à medida que o Estado se confunde com a imprensa; à proporção que um número expressivo de membros do Legislativo e do Executivo das diversas esferas se constitui de concessionários do sistema privado de rádio e televisão.

Na busca por evitar situações como essa, a Constituição Federal de 1988 elenca o rol de atividades cuja prática é proibida para os parlamentares, conforme o seguinte artigo:

**Art. 54 CF:** Os deputados e senadores não poderão firmar ou manter contratos com pessoa jurídica e de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público; aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis nas entidades constatantes na linha anterior.

Outro fator responsável por violar os princípios democráticos é o fato de haver confusão entre as concessionárias e concedentes. O artigo 223 estabelece que a concessão ou permissão só tenha validade depois de aprovada pelo Congresso Nacional, o que gera um inevitável conflito entre os interesses pessoais dos detentores de cargos políticos (Legislativo e Executivo) e os interesses coletivos (bem comum).

### 5.3 MÍDIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Embora haja, na sociedade, um consenso sobre o relevante papel dos meios de comunicação em todas as áreas da vida humana, o seu verdadeiro papel social tem sido, portanto, encabeçar a lista reguladora do convívio social, como visto no item anterior.

Nesse sentido, a esfera penal e o campo da segurança pública também se rendem à mídia no momento em que permitem a ela a produção do discurso criminalizador na sociedade, cujo resultado é a produção legitimada de normas que endureçam o sistema penal com atitudes repressivas por parte do Estado para enfrentamento à violência e permaneçam no imaginário social como a solução mais adequada.

“Defender a sociedade isolando o malfeitor para evitar o contágio do mal” tem sido o slogan mais usado nessa relação entre mídia e segurança pública. O controle social a cargo do Estado, ao longo do tempo, não modifica o *modus operandi* no que diz respeito ao enfrentamento da violência e criminalidade, ou seja, mais e mais prisões são construídas para depositar no seu interior mais e mais “malfeitores”.

Segundo Aguirre (2009), as penitenciárias modernas foram construídas na busca de se atingirem os objetivos de intervenção estatal no controle social, oferecendo às elites a sensação de segurança através da transformação de delinquentes em cidadãos obedientes às leis.

Nesse cenário, respostas para o enfrentamento ao fenômeno da violência são cobradas, a reboque da pressão simbólica de setores da imprensa, cuja resposta é implicitamente sugerida para que se atue com mais rigor penal e repressivo por parte do Estado, e nesse sentido, Porto (2009, p.14), afirma que a violência na sociedade acaba sendo entendida,

[...] Como se fosse uma questão endêmica, a propagar-se de modo mais ou menos incontrolável, ganhando a forma de um clamor público por mais segurança entendida como sinônimo de um conjunto de medidas, ações e intervenções da ordem estatal que reduzam esta violência e conduzam a sociedade a padrões mais solidários de convivência.

Há, então, uma tendência social generalizada que relaciona a diminuição da violência com uma ação mais efetiva do aparato policial, cuja ideia de prevenção resulta, quase sempre, na ideia de reaparelhamento e incremento das práticas policiais.

O enfrentamento à violência então passa a ser internalizado no imaginário social por influência da mídia como ‘mais ação’ do que ‘mais prevenção’, sobre o que Neves (2002, p.148) afirma que “[...] não se combate a insegurança da sociedade brasileira apenas com políticas repressivas contra a criminalidade, uma vez que essas políticas não afetam as causas sociais do problema”.

A cobertura da mídia acaba por fazer aumentar o descrédito social na atuação do aparato policial no enfrentamento do fenômeno, quando adota postura jornalística de endurecimento da repressão e punição aos “infratores da lei”.

Conforme as palavras de Oliveira & Tornelli (2013, p.19), “a população desiste de chamar as forças de segurança pública por simplesmente achar que não ‘vale a pena’, que não ‘adianta nada’, evidenciando que, em muitos segmentos da sociedade, a força responsável pela proteção do cidadão está desacreditada”.

Para Goldstein (2003), crimes violentos, quando bem divulgados, podem resultar em uma onda de insatisfação e revolta contagiando toda uma comunidade, fazendo com que a polícia se veja pressionada para aliviar esse sentimento na população.

Assim, quando a mídia elabora a notícia jornalística, ela o faz a partir dos próprios boletins de ocorrência, pois assim, quando o cenário social de insegurança for por ela construído, atraindo a opinião pública para a necessidade de maior repressão, as polícias, a fim de não serem tachadas de “incompetentes”, serão obrigadas a dar voz ao que foi noticiado, passando para a sociedade a ideia de que a cobertura jornalística foi ratificada pela justiça.

Nessa cobertura, criminosos são construídos, e seus rostos são mostrados, caracterizando profundo desrespeito aos princípios constitucionais de presunção da inocência ou do devido processo legal, entre outros, o que Budó (2005, p.47) afirma que, “Acusações e julgamentos alheios ao Judiciário e aos direitos fundamentais se desenrolam diariamente nos jornais, mostrando um grande serviço prestado à população em tempos de tamanha insegurança”.

O Código de Ética do Jornalismo explana no art. 6º, inciso VIII, que o jornalista deve “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”. Já o art. 11 inciso II versa que o jornalista não pode divulgar informações “de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes”.

O mandamento do referido código não foi seguido, por exemplo, quando da cobertura da mídia no caso da menina Eloá, mantida refém pelo ex-namorado no ano de 2008. Na verdade, a mídia mais atrapalhou, uma vez que impossibilitou a polícia gerenciar a crise num momento em que, por interferência da própria mídia, sequer conseguiu falar por telefone com o causador da crise.

## 6. O CENÁRIO DA PESQUISA E OS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS

### 6.1 A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

Criada oficialmente por Decreto do Imperador D. Pedro I, datado de 17 de fevereiro de 1825, “para servir como mecanismo necessário de ajuste e equilíbrio entre os grupos sociais, com o fim específico de Segurança Pública”, a Polícia Militar da Bahia, órgão em regime especial<sup>11</sup> de administração direta da estrutura da Secretaria da Segurança Pública, tem por finalidade preservar a ordem pública, a vida, a liberdade, o patrimônio e o meio ambiente, de modo a assegurar com equilíbrio e equidade o bem estar social.

Com um efetivo aproximado de 30 mil policiais militares (entre homens e mulheres), tem a materialização de sua atuação prevista também no art. 144 da Constituição Federal, versando no § 5º, inciso V, o seguinte:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]. Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (BRASIL, 2004).

A ela compete, com exclusividade, a execução do policiamento ostensivo fardado, essencialmente preventivo, ou seja, atua no sentido de evitar que ocorra o delito pela visibilidade da farda ou aparato policial previsto, distribuídos através de tipos de policiamento a pé, montado e motorizado.

A dinâmica social cotidianamente divulgada pelos veículos de comunicação de massa, de degradação do espaço público, através do aumento da violência e criminalidade, traz a segurança pública para o centro das atenções, tornando-a visível no cenário social, principalmente nas grandes cidades que têm difundido comportamentos pautados no medo da violência.

---

<sup>11</sup>A Lei n.º 2.321, de 11 de abril de 1966 faz a previsão da Polícia Militar como órgão em regime especial da administração direta da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. Além desta, o Decreto-Lei nº 667 de 02 de julho de 1969 também organiza e regulamenta a atividade da corporação.

Nesse sentido, a influência dos meios de comunicação na percepção do cidadão sobre a violência acirra as tensões sociais, cujo noticiário veiculado pela mídia, segundo Nobre e Pinheiro (2002, p.171), “ao tratarem de polícia, enfocam sempre seu embate com a população, o que acaba por provocar uma separação cada vez maior no relacionamento desses dois segmentos”.

Assim, entre os vários órgãos de assessoramento que possui a Polícia Militar, para a consecução dos seus objetivos, principalmente o de buscar promover sensação de segurança para a população e diminuir o medo social, três deles realizam diuturno monitoramento do noticiário produzido pelos veículos de comunicação de massa sobre as tensões sociais, sobretudo aquelas que envolvem diretamente a instituição em suas práticas de restabelecimento do equilíbrio social.

A seguir, a descrição funcional da recepção jornalística da mídia realizada pela Polícia Militar.

## 6.2 OS ÓRGÃOS INTERNOS QUE MONITORAM A MÍDIA

### 6.2.1 O Departamento de Comunicação Social (DCS)

Parte integrante do Alto Comando<sup>12</sup> da Polícia Militar da Bahia, este órgão, situado no próprio Quartel do Comando Geral (QCG) na Capital, tem a sua materialização definida pela Portaria nº 080/CG, de 12 de dezembro de 2006, que define a estrutura de funcionamento de toda a Instituição na seguinte conformidade:

1. Departamento de Comunicação Social:
  - 1.1 Diretoria Geral;
  - 1.2 Diretoria Adjunta;
  - 1.3 Unidade de Apoio Administrativo e Financeiro;
    - 1.3.1 Seção de Apoio Administrativo e Financeiro;
    - 1.3.2 Seção de Material e Patrimônio;
  - 1.4 Unidade de Ouvidorias;
    - 1.4.1 Seção de Ouvidorias Setoriais;
    - 1.4.2 Seção de Atendimento Eletrônico;
    - 1.4.3 Seção de Estatística e Pesquisa;
    - 1.4.4 Seção de Controle de Qualidade;
  - 1.5 Coordenação de Marketing, Relações Públicas e Cerimonial;

---

<sup>12</sup> O Alto Comando faz parte da estrutura básica da Polícia Militar da Bahia, previsto no artigo 4º da Portaria nº 080 de 12 de dezembro de 2006, definido como o órgão consultivo e de orientação superior do qual fazem parte todas as diretorias chefiadas por coronéis PM.

- 1.5.1 Unidade de Telemática e Imprensa;
- 1.5.1.1 Seção de Imprensa;
- 1.5.1.2 Seção de Marketing e Propaganda;
- 1.5.1.3 Seção de Telemática;
- 1.5.2 Unidade de Relações Públicas e Cerimonial;
- 1.5.2.1 Seção de Pesquisa e Opinião Pública;
- 1.5.2.2 Seção de Cerimonial (PMBA, Suplemento LJNG nº 029/2006, p.13).

No site oficial da Polícia Militar da Bahia, o Departamento de Comunicação Social (DCS) apresenta a seguinte finalidade:

Perceber, receber, trabalhar e disseminar as informações de caráter interno e externo dentro dos princípios da unidade, da universalidade e da eficácia, bem como coordenar as atividades de todos os segmentos de Comunicação Social, distribuídos por todas as Unidades da Polícia Militar da Bahia (**site oficial da Polícia Militar da Bahia**).

Conta o referido órgão com o efetivo de 74 (setenta e quatro) funcionários, sendo que três deles são civis graduados em jornalismo, e dois policiais militares pós-graduados na área de comunicação.

Durante as observações, ficou evidenciado que o Departamento de Comunicação Social tem restringido a política de comunicação social, entorno de si próprio, como único setor capaz de responder às demandas da imprensa televisiva, falada e escrita, imposição feita ao órgão através da Portaria 007 – CG/2010 que prevê, entre outras atividades, que:

§ 1º - Somente ao DCS compete: a) Prestar as informações que: I – versem sobre assunto afeto a mais de uma unidade da PMBA; II – tenha pertinência com assunto de competência do Comandante-Geral; III – versem sobre legislação militar ou interesse de caráter sistêmico; IV – atinem sobre processo disciplinar ou inquérito policial-militar; V – sejam relativas a concurso público ou processo seletivo interno; VI – outras que assim venham a determinar o Comandante-Geral. B) Proceder a veiculação de imagem concernente a eventos relacionados à atividade policial-militar ou bombeiro-militar.

§ 2º - O material publicitário da PMBA tais como informativos, folders, cartazes e cartilhas, deverão ser previamente aprovados pelo DCS, que observará a sua adequação às normas técnicas, bem como ao disposto no **Decreto nº 10.668**, de 11 de dezembro de 2007.

O Decreto referenciado dispõe sobre a comunicação dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual representado pela AGEKOM<sup>13</sup> (Agência de Comunicação do Governo do Estado), e que controla a comunicação da própria Polícia Militar. Embora solicitado ao Departamento de Comunicação Social, nenhum manual básico ou corpo de diretrizes foi localizado. A atuação do órgão é feita através de entrevistas fornecidas aos veículos de comunicação, presencialmente ou através de releases ou notas à imprensa.

Na observação direta nesse ambiente de pesquisa, alguns conflitos foram identificados na prática profissional das seções selecionadas, de modo que, embora o artigo 21 da Portaria nº 080/2006 regulamente a competência funcional dos órgãos subordinados, verificou-se que as quatro seções de interesse para a pesquisa no DCS (**Unidade de Telemática e Imprensa, Seção de Imprensa, Seção de Marketing e Propaganda, Unidade de Relações Públicas**), de acordo com a Portaria, possuem relação direta com atividades de acompanhamento da produção jornalística da mídia, porém, não funcionam como prescrito.

O que parece ser identificado como quatro atividades distintas, na verdade, funciona em uma mesma seção coordenada por um único profissional de polícia militar, identificado como o “porta-voz” do Comando-Geral nos momentos de se responder às solicitações da imprensa.

O órgão não acompanha diretamente a cobertura jornalística da mídia, de modo que a sua possibilidade de resposta à imprensa fica a reboque da Coordenadoria de Missões especiais (CME), que realiza diretamente esse acompanhamento de cobertura da mídia, bem como da Coordenadoria de Operações Policiais Militares (COPPM).

Uma das maiores concentrações do órgão é o monitoramento das redes sociais através da *internet*, cujas opiniões, principalmente do público interno, representam importância considerável para o Comando da Instituição, tendo em vista, principalmente, as últimas greves da categoria desde o ano de 2010.

---

<sup>13</sup>Órgão responsável pela política comunicacional do governo, através do Decreto nº 10.668 de Dez/2007, que estabelece as diretrizes e orientações técnicas a serem observadas pelas unidades setoriais de comunicação.

## 6.2.2 A Coordenadoria de Missões Especiais (CME)

O segundo ambiente alvo de pesquisa foi a CME, órgão responsável pela atividade de inteligência na Polícia Militar da Bahia, cuja finalidade é estabelecida pelo art. 14 da Portaria nº 080 CG/2006, que se resume em:

No cumprimento de atividades que lhe sejam atribuídas pelo Comando Geral, nos níveis estratégico e tático, bem como a execução das atividades de produção e proteção de informações necessárias ao funcionamento da Corporação, elaborando diretrizes para atuação do Sistema de Informações da Polícia Militar – SINPOM, cujas seções são assim descritas:

1. Unidade de Apoio Administrativo e Financeiro
2. Seção de Material e Patrimônio:
3. Coordenação Técnica de Operações:
4. Seção Técnica de Operações:
5. Seção de Pesquisa Operacional
6. Unidade de Inteligência:
7. Seção de Assuntos Correntes:
8. Seção de Segurança Pública:
9. Seção de Assuntos Sociais:
10. Unidade de Contra-Inteligência:
11. Seção de Segurança Orgânica:
12. Seção de Assuntos Institucionais:
13. Seção de Acompanhamento de Pessoal:
14. Seção de Documentação e Informática (PMBA, Suplemento LJNG nº 029/2006, p.13).

A Seção de Assuntos Correntes da CME é uma sala denominada de “Sala de Situação” com vários monitores de televisão ligados ao mesmo tempo, a fim de que os policiais militares, cada um com atenção voltada para um canal de TV, possam cuidar da transcrição de seu conteúdo.

A seção possui um coordenador no posto de capitão do Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) e demais auxiliares que, diariamente, de segunda a domingo, das 06 às 22 horas, fazem o acompanhamento e gravação do que é transmitido nos programas jornalísticos pelos canais abertos das emissoras locais de rádio e televisão, além do acompanhamento das matérias divulgadas nos principais jornais locais impressos, diariamente entregues à seção.

Após a gravação desses programas, são realizados os recortes dos assuntos julgados de interesse para o comando da Polícia Militar, e estes, por sua vez, são armazenados em DVDs e classificados por tema. Também são realizadas



seleções daquilo considerado como de maior repercussão ou relevância, e, após esta seleção, são realizadas as transcrições do conteúdo.

Todo o material transcrito é compilado e digitado em um documento denominado de “Informativo Diário”, que segue às mãos dos principais interessados dentro da corporação ou que tenham a necessidade de conhecer sobre assuntos que lhes digam respeito diretamente dentro das atribuições de comando específico.

### **6.2.3 A Coordenadoria de Operações Policiais Militares (COPPM)**

As atribuições da Coordenadoria de Operações Policiais Militares (COPPM) são estabelecidas pelo art. 13 da Portaria nº 080 CG/2006, como aqui se resume:

Planejar, coordenar, controlar e supervisionar, no âmbito do Estado da Bahia, as atividades de polícia ostensiva, de acordo com as necessidades de preservação da ordem pública, bem como coordenar e supervisionar as atividades realizadas pelos Comandos de Policiamento e de Unidades Operacionais no que concerne à eficiência nas missões de policiamento ostensivo, cujas seções são assim descritas:

1. Unidade de Apoio Administrativo e Financeiro;
2. Seção de Apoio Administrativo;
3. Seção de Material e Patrimônio;
4. Seção de Transportes;
5. Coordenação de Planejamento Operacional e Decisões Estratégicas;
6. Unidade de Planejamento Operacional e Decisões Estratégicas;
7. Coordenação de Controle Operacional e Avaliação;
8. Unidade de Controle Operacional e Avaliação;
9. Unidade de Missões Especiais (PMBA, Suplemento LJNG nº 029/2006, p.13).

A seção que possui o encargo funcional de acompanhamento da cobertura jornalística da mídia é o Centro de Informações e Decisões Estratégicas (CIDE), setor criado dentro da Coordenação de Controle Operacional e Avaliação da Coordenadoria, que possui, de maneira semelhante à CME, vários monitores de TV destinados ao acompanhamento dos telejornais, além de visualização em tempo real de imagens das câmeras instaladas em alguns bairros onde foram montadas bases de segurança, como o bairro Nordeste de Amaralina, por exemplo.

A seção realiza o acompanhamento de todo tipo de informação, não só veiculada pela mídia, mas também as informações transmitidas em tempo real pela central de comunicação conjunta entre as polícias, denominada de Serviço Integrado de Comunicação (SIC).

Após serem as informações catalogadas pelos policiais militares de serviço na repartição, um banco de dados diário é alimentado, para que o oficial coordenador da atividade, ao final da jornada de 12 horas de monitoramento, encaminhe as informações destacadas em forma de relatório para os interessados.

O desenvolvimento do serviço de monitoramento é muito semelhante ao desenvolvido pela Coordenadoria de Missões Especiais (CME).

## 7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 7.1 COLETA E SELEÇÃO DOS DADOS

A pesquisa no jornal A Tarde analisou como o referido veículo impresso de comunicação retratou a violência nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2011, identificando a frequência de veiculação dos atos violentos, bem como a identificação do local de acontecimento dos fatos, ou seja, se bairro periférico ou central.

Foram destacadas informações como: a principal fonte ouvida na cobertura, o principal instrumento utilizado no ato violento, a ação policial mais coberta e se havia identificação clara de vítimas, agressores, causas gerais para o cometimento dos atos e ilustração (fotos) nas matérias.

No total foram verificados cento e trinta e oito textos sobre atos violentos distribuídos em noventa e dois dias compreendidos entre o primeiro e o último dia de cada mês pesquisado, sem se levar em conta o discurso propriamente dito, mas a característica de cobertura através da análise quantitativa da produção sobre violência.

Em geral, não foram consultadas apenas as páginas policiais, mas toda página que trouxesse algum caso de crime ou violência dentro da cidade de Salvador, já que a cobertura sobre violência, no referido jornal, apareceu também em páginas diversas do caderno policial e de maneira não uniforme, inclusive na condição de manchete (capa do jornal).

Os demais assuntos veiculados como esporte, lazer, entre outros, foram descartados na análise, juntamente com as localidades mais afastadas, como Narandiba e Porto Seco Pirajá, que margeiam a BR-324, e as cidades de Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho, pertencentes à Região Metropolitana de Salvador.

A cobertura sobre violência do jornal A Tarde apresentou características similares ao longo dos dias pesquisados, com perfil quantitativo muito parecido entre esses dias.

Na apresentação dos dados, o ato violento foi identificado e dividido em dois tipos de localidade: a periferia, quando se ressaltaram os bairros mais distantes da infraestrutura socioeconômica e política da cidade de Salvador, e aqueles bairros mais próximos do centro.

**TABELA 1: RELAÇÃO ENTRE ATO E LOCAL DE FREQUÊNCIA**

TIPO	QUANT	%	LOCAL DO ATO VIOLENTO			
			Periférico		Central	
				%		%
Homicídio	71	51,5	60	57,7	11	32,3
Homicídio tentado	25	18,1	21	20,2	04	11,8
Lesão corporal	15	11,0	11	10,6	04	11,8
Roubos	27	19,5	12	11,5	15	44,1
<b>TOTAL</b>	<b>138</b>	<b>100</b>	<b>104</b>	<b>100</b>	<b>34</b>	<b>100</b>

Fonte: Coleta realizada no jornal A Tarde, nos meses de out a dez de 2011.

A definição de periferia e centro tem sido utilizada em duas visões distintas, uma geográfica, que se refere à distância, e outra sociológica, que se refere às condições ruins de habitação. No entanto, Couto (2011, p.23) define periferia como “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial”.

Contudo, a partir da definição proposta, observa-se na prática que existem bairros periféricos onde a renda da população é mais alta, não sendo nesses casos designados socialmente pelo termo periferia.

Nesse sentido, a divisão para a presente pesquisa adotou ambas as definições e definiu os bairros com melhor realidade socioeconômica ou centrais os seguintes: Amaralina, Barra, Barris, Caminho das Árvores, Campo Grande, Canela, Comércio, Costa Azul, Graça, Imbuí, Itagara, Itapuã, Jardim Armação, Ondina, Pelourinho, Piatã, Pituaçu, Pituba, Stella Maris, entre outros.

Já os bairros periféricos foram listados da seguinte forma: Alto do Cabrito, Alto do Peru, Bairro da Paz, Caixa d'Água, Cajazeiras, Calabar, Coutos, Curuzu, Fazenda Grande, Liberdade, Lobato, Massaranduba, Mata Escura, Mussurunga, Paripe, Pau da Lima, Pau Miúdo, Periperi, Pirajá, São Caetano, São Cristóvão, São Gonçalo do Retiro, Saramandaia, Sussuarana, Tancredo Neves, Vale das Pedrinhas, dentre outros.

Segundo Couto (2011), os bairros mais afastados do centro das capitais não podem ser denominados de “excluídos”, pois participam do sistema sociopolítico e

econômico, inclusive elegendo os governantes, e devem, portanto, ser identificados como “incluídos precariamente”.

Outro dado consideravelmente importante coletado na pesquisa foi a identificação da ação policial como fonte utilizada pela mídia para escrever as notícias jornalísticas, conforme quadro abaixo.

**TABELA 2: REGISTRO DAS FONTES/ ATIVIDADE POLICIAL**

<b>FONTE OUVIDA</b>	<b>QUANT</b>	<b>%</b>	<b>AÇÃO POLICIAL</b>	<b>QUANT</b>	<b>%</b>
Polícia Militar	32	23,2	Prisão de suspeito	48	34,8
Polícia Civil	56	40,6	Confronto policial	10	7,2
Vítimas	12	8,7	Investigação policial	09	6,5
Criminosos	09	6,5	Operação policial	07	5,1
A própria mídia	29	21,0	A própria mídia	64	46,4
<b>TOTAL</b>	<b>138</b>	<b>100</b>	-----	<b>138</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Coleta realizada no jornal A Tarde, nos meses de out a dez de 2011.

A leitura minuciosa de cada texto sobre ato violento encontrado possibilitou também a identificação de outras variáveis na quantificação das matérias sobre violência, no que diz respeito à identificação clara de vítima e agressor, bem como da presença de ilustração e de contextualização das notícias.

**TABELA 3: DETALHAMENTO DA NOTÍCIA**

<b>IDENTIFICAÇÃO NAS MATÉRIAS</b>		<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
Vítima	<b>SIM</b>	59	42,8
	<b>NÃO</b>	79	57,2
Agressor	<b>SIM</b>	43	31,2
	<b>NÃO</b>	95	68,8
Causas gerais da violência	<b>SIM</b>	36	26,1
	<b>NÃO</b>	102	73,9
Ilustração de fotos (imagens)	<b>SIM</b>	51	37,0
	<b>NÃO</b>	87	63,0

**Fonte:** Coleta realizada no jornal A Tarde, nos meses de out a dez de 2011.

Tanto nos boletins diários quanto nas planilhas mensais das Áreas Integradas de Segurança Pública (AIPSS), divulgados no site da Secretaria de Segurança Pública do Estado, parece-se seguir um padrão único de divulgação dos dados, e apresenta-se a seguinte ordem: furto de veículo, roubo a veículo, veículos recuperados, homicídio, homicídio tentado e roubo a ônibus, de modo que se levaram em consideração, para análise, apenas os registros de atos violentos.

**TABELA 4: RELAÇÃO ENTRE ATO E LOCAL DE FREQUÊNCIA**

TIPO DE ATO	LOCAL DO ATO VIOLENTO					
	MESES/QUANTIDADE DE ATOS					
	OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
	Periferia	Centro	Periferia	Centro	Periferia	Centro
Homicídio	81	25	75	21	64	18
Homicídio tentado	51	22	48	21	53	16
Roubo a veículo	90	100	163	206	107	191
Roubo a ônibus	60	58	50	63	31	26
<b>TOTAL</b>	<b>282</b>	<b>205</b>	<b>336</b>	<b>311</b>	<b>255</b>	<b>251</b>

Fonte: Coleta realizada nos Boletins de Ocorrências diários da Secretaria de Segurança Pública.

Outros dados trazidos direto do *site* da Secretaria de Segurança representam as estatísticas mensais de ocorrências policiais denominadas de Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), constantes de 20 (vinte) áreas no total, com reunião de informações entre as polícias Civil, Militar e Técnica, como abaixo indicados.

**TABELA 5: ESTATÍSTICA MENSAL DE OCORRÊNCIAS**

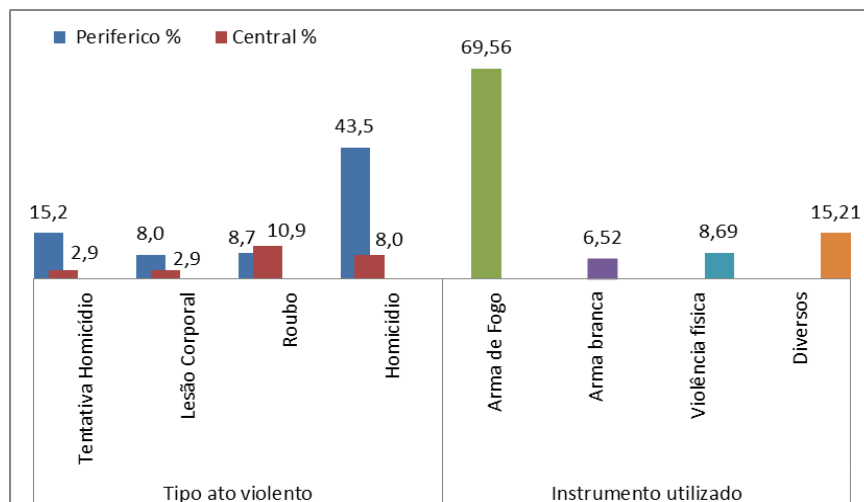
TIPO DE ATO VIOLENTO	MESES DO ANO/2011 - PERCENTUAL					
	OUTUBRO	%	NOVEMBRO	%	DEZEMBRO	%
Homicídio	124	14,6	118	13,4	111	15,0
Homicídio tentado	100	11,7	74	8,4	94	12,6
Estupro	39	4,6	38	4,3	36	4,8
Roubo seguido de morte	02	0,2	0	0	01	0,13
Roubo a veículo	428	50,3	508	57,5	417	56,0
Roubo a ônibus	158	18,6	145	16,4	85	11,4
<b>TOTAL</b>	<b>851</b>	<b>100</b>	<b>883</b>	<b>100</b>	<b>744</b>	<b>100</b>

Fonte: Coleta realizada nas AISP's da Secretaria de Segurança Pública.

Os dados presentes no quadro acima, se comparados com os dados coletados dos boletins diários de ocorrência, apresentarão diferenças relativas à totalização dos atos violentos, tendo em vista que naquelas tabelas foi desconsiderada a quantidade de ocorrências oriundas, principalmente, da região Metropolitana de Salvador (RMS).

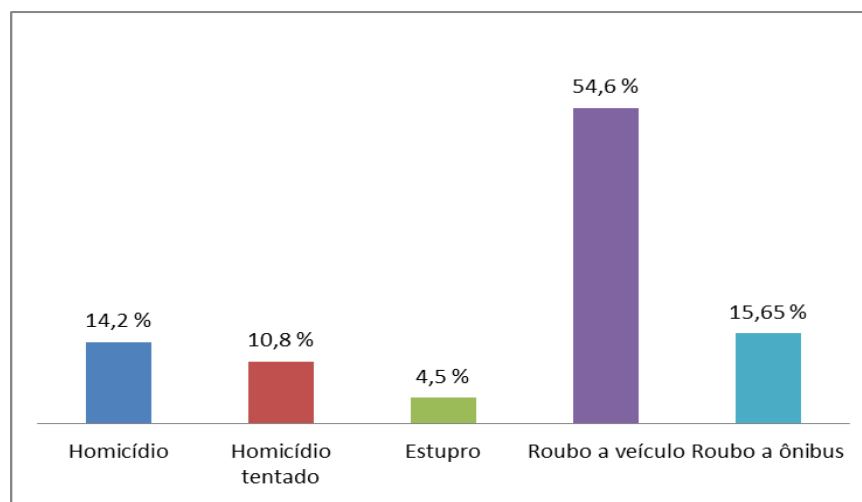
## 7.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nos textos apreciados sobre a cobertura do jornal A Tarde, os atos violentos identificados como homicídio apareceram com 51,5%, prevalecendo em relação a outros tipos encontrados.



**GRÁFICO 4:** Tipo de ato violento/local/instrumento empregado  
**Fonte:** Coleta realizada no jornal A Tarde, nos meses de out a dez/2011.

O homicídio é o crime violento mais apresentado na cobertura do referido jornal, apesar de não representar, na realidade, entre os crimes apontados, o que mais ocorre, conforme o gráfico abaixo, que apresenta os dados oficiais de homicídio em percentual menor que o roubo.



**GRÁFICO 5:** Estatística oficial das principais ocorrências.  
**Fonte:** Coleta de dados nas AISP's de out a dez/2011 - SSPBA.

Na verdade, ao que parecem, as fontes oficiais de divulgação de violência e crime não representam influência alguma sobre as pessoas, se esses dados não forem creditados pela mídia, o que se argumenta, para Noronha e Machado (2002, p.649), que “a percepção do público sobre as oscilações dos crimes é moldada pelo aumento da cobertura dos crimes na mídia e não baseada em mudanças ocorridas nas taxas oficiais de crimes”.

A modalidade “roubo a veículo” não aparece na cobertura do jornal A Tarde, embora seja esta modalidade o tipo de ato violento que geralmente ocorre como “meio” para a prática de outras modalidades delituosas, ou seja, o veículo roubado facilita a prática de outros crimes, tais quais outros roubos, furtos, lesões de toda espécie, atos violentos, entre eles o próprio homicídio.

Segundo Angrimani (1995), os homicídios são possivelmente os atos violentos que provocam maior comoção nas pessoas, pois, ao mesmo tempo em que chocam, também chamam a atenção para a leitura, cuja repugnância a esse tipo de ato desperta curiosidade nos leitores. O autor revela ainda que:

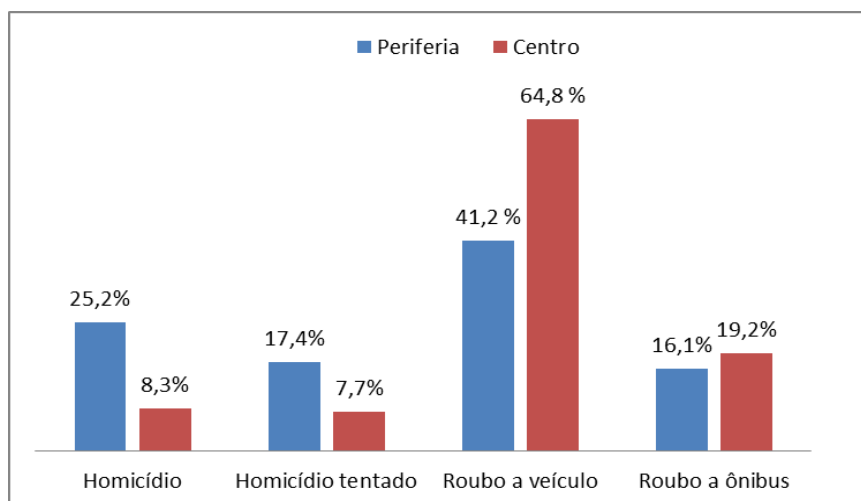
A morte relatada pelo jornal sensacionalista é diferente da morte comum, essa que envolve sofrimento, saudades, choque, traumatismo, dor, angústia, separação. A morte no jornal a sensação é perturbadora, porque a imagem do cadáver impressiona, mas ao mesmo tempo atua no sentido inverso: “mata” o outro e “preserva” o leitor. A morte não só é “saboreada como espetáculo”, mas aparece como ato simbólico que garante a integridade do observador (ANGRIMANI, 1995, p.116).

Não é de se estranhar que a esmagadora maioria dos atos violentos, cujo tipo principal é o homicídio, ocorra com a utilização da arma de fogo como instrumento causador. Há uma década, no ano 2000, segundo Minayo (2005), os homicídios corresponderam a 70% do total das mortes por causas externas no Brasil com a utilização da arma de fogo.

Coincidentemente, apenas nos três meses de análise da presente pesquisa no jornal, a utilização da arma de fogo como instrumento meio para o cometimento de ato violento representou 69,5%, conforme gráfico (1).

Com relação ao local de acontecimento dos atos violentos, ficou constatado, como se verifica no gráfico (1), que as ruas de bairros periféricos de Salvador formam a grande massa do noticiário sobre violência e criminalidade, e tudo isso deixa uma impressão considerável que o lugar de eclosão da violência já foi encontrado, e a mídia aponta em primeira mão o que se pode depreender também com as informações do quadro (9) da SSP-BA.





**GRÁFICO 6:** Ato violento e local de frequência.

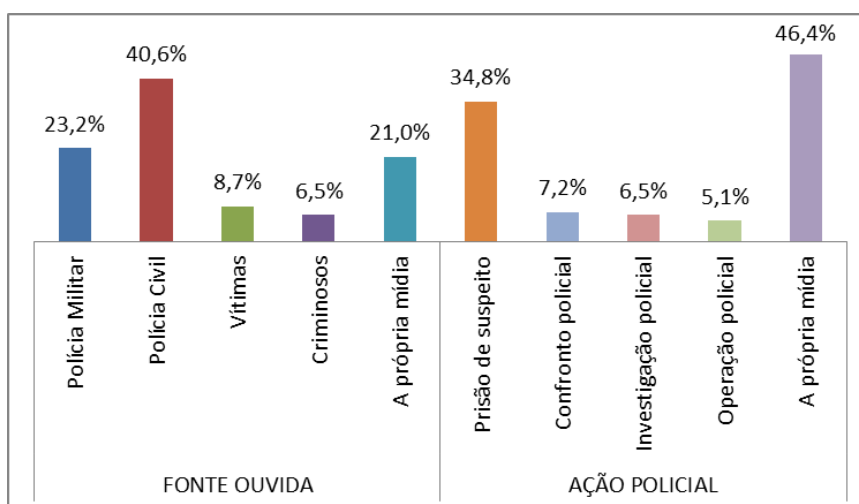
**Fonte:** Coleta realizada nos boletins diários de ocorrências de out a dez/2011 - SSPBA.

Estudos têm demonstrado que não há uma relação de causa e efeito entre pobreza, violência e crime. Nesse sentido, Porto (2009) afirma que, embora não se tenha como negar a influência das desigualdades sociais no crescimento da violência pela inclusão precária na vida social e econômica, não se pode estabelecer relação direta entre pobreza e violência, a fim de não se induzir a pensar que são os pobres os atores da violência, quando se sabe que eles estão entre as maiores vítimas.

As situações econômicas e sociais fruto da seletividade capitalista, segundo Foscarini (2008), não podem servir de parâmetro para se definir o retrato da violência urbana, o que poderia desencadear na criminalização de grupos sociais específicos.

Nesse sentido, o rótulo fornecido pela mídia, aliado à frequência de ações policiais nesses logradouros, revela que não se trata mais de coibir atividades proibidas, mas de controlar áreas consideradas como perigosas - o que, inevitavelmente, afeta em especial as áreas de periferia (MACHADO DA SILVA, 2013).

Embora a mídia não realize explicitamente uma relação entre pobreza e violência/criminalidade, há uma sensível transmissão, através da cobertura jornalística, de que essa relação é verdadeira, pois a mídia, ao veicular a violência nos logradouros periféricos da cidade de Salvador, ainda utiliza a voz dos operadores do Sistema de Segurança Pública para ratificar as próprias informações, como mostra o gráfico abaixo:



**GRÁFICO 7:** A relação entre mídia e polícia

**Fonte:** Coleta realizada no jornal A Tarde de out a dez de 2011.

Ambas as forças de segurança do Estado (Polícia Militar e Civil) são citadas como fontes na cobertura jornalística sobre atos violentos, com sensível maioria para a Polícia Civil, possivelmente devido à atribuição de registro e investigação dos atos violento-delituosos cometidos, atraindo, por conta disso, a cobertura da imprensa para as delegacias.

Nesse sentido, por se entender o termo “fonte policial” como a participação de qualquer dos operadores do Sistema de Segurança Pública na elaboração da notícia jornalística por parte da mídia (agente, delegado, policial militar), constatou-se que, dos 138 textos analisados, as polícias Civil e Militar, na condição de fonte policial, somam juntas 63,8%, conforme representação percentual no gráfico (4).

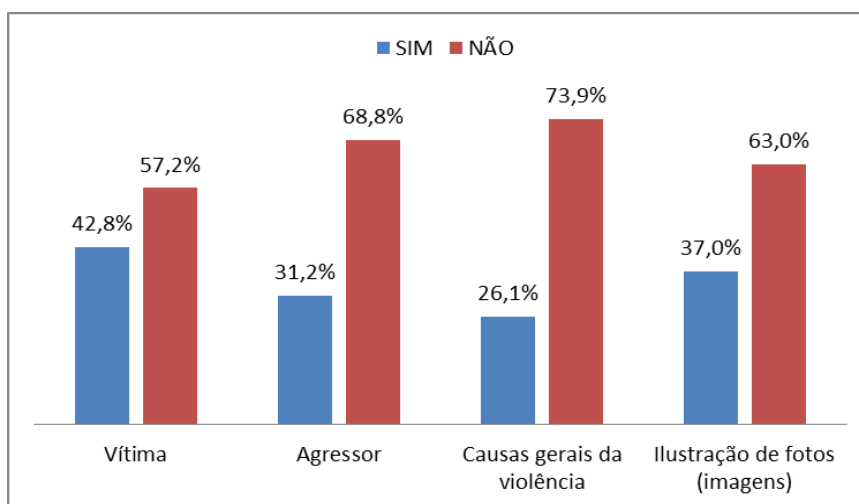
Além disso, o que corrobora com a relação de proximidade existente entre mídia e polícia na veiculação de notícias sobre atos violentos é o percentual de cobertura da atividade policial, posto que mais da metade dos textos analisados (53,6%) apresentam foco na ação policial.

Os dados coletados revelam que existe uma relação de dependência entre o jornal pesquisado e as fontes policiais na cobertura de crimes e violência, e, segundo Reiner (2004), isso acontece devido ao controle que detém a polícia das informações em que se baseiam os repórteres para a divulgação de suas matérias, o que denota grau de credibilidade na fonte.

Segundo Bonfim (2002), a recorrência aos organismos policiais revela o modo da mídia em captar notícias, através de monitoramento permanente das fontes, cuja necessidade em obter um fluxo constante de textos também estimula a

comunhão de interesses com as vozes acessadas, já que a produção das polícias é constantemente divulgada.

Com relação ao detalhamento da matéria jornalística sobre crime e violência, o jornal apresentou a maior parte dos textos analisados, com ausência de identificação da relação entre vítima e agressor, além da ausência de ilustração (foto da cena do crime, do agressor/suspeito, apreensão de armas, drogas etc.), em 63% dos textos.



**GRÁFICO 8:** Detalhamento da notícia jornalística

**Fonte:** Pesquisa realizada no jornal A Tarde, nos meses de out a dez de 2011.

As causas gerais para o cometimento dos atos de violência analisados no referido jornal apontam, conforme o gráfico (5), 73,9% de ausência, e abrangem também falta de contextualização/problematização com o devido amparo em leis, teorias e pesquisas científicas. Em geral, a cobertura dos atos violentos analisados aponta para uma cobertura embasada em ocorrências de fatos específicos ou factuais.

Segundo Reiner (2004), a quantidade de atenção dada ao crime está relacionada com a necessidade criada pela mídia de se escreverem reportagens que se encaixem nos horários da produção de notícias, como um tempo de vida útil para serem divulgadas essas matérias. Na visão de Wolton (2010), a informação para a mídia parece custar caro, e, por isso, obriga-a a ir direto ao ponto, ou seja, sem ter muito cuidado com a contextualização cultural.

Nas palavras de Melo (2011), “Devemos dar o fato, mas devemos apresentar a dimensão de realidade, com nexos de causalidade entre o que aconteceu e o dia a dia comum. Explicar se existem chances de acontecer novamente. Esse retorno deveria ser apresentado e normalmente não é”.

Assim, os fatos aparecem divulgados como se tivessem uma existência própria, sem relação alguma com contextos sociais, cuja característica em se dar a notícia parece querer, ao mesmo tempo, investigar, explicar e dar causa rápida aos fatos, sem, contudo, dar espaço ao receptor para entender a dimensão de como se deram os fatos e o nexo causal existente.

### 7.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Apenas no Departamento de Comunicação Social (DCS), a previsão de quatro coordenadores a serem entrevistados ficou prejudicada, sendo realizada apenas com um coordenador, apresentado pelo órgão, para falar a respeito dos quatro setores selecionados.

Os entrevistados foram identificados como “A”, “B” e “C”, ou seja, um entrevistado para cada órgão analisado, a saber: Unidade de Mídia e telemática do Departamento de Comunicação Social (DCS), Seção de Assuntos Correntes da Coordenadoria de Missões Especiais (CME) e Centro de Informações e Decisões Estratégicas (CIDE) da Coordenadoria de Operações Policiais Militares (COPPM).

Com relação às atividades de acompanhamento da cobertura da mídia sobre violência, observou-se que ambas as seções exploradas demonstram interesses semelhantes sobre a produção jornalística da mídia, na seguinte conformidade:

“As notícias jornalísticas da mídia selecionadas como de interesse para nós compreendem as que têm como pauta as ações desenvolvidas pela corporação, seja na vertente operacional, técnica, social, de capacitação do efetivo, ou outras que valorizem o conceito institucional de segurança, proteção, profissionalismo, eficácia. De forma geral, toda informação relacionada à PMBA ou à segurança pública são consideradas de nosso interesse” (entrevistado “A”).

O entrevistado “B” revelou que a atividade de monitoramento da mídia compreende a rádio escuta, vídeo monitoramento, clipagem das matérias publicadas nos jornais impressos e acompanhamento das mídias sociais da seguinte forma:

“A nossa seção faz o acompanhamento diário do que é transmitido nas emissoras locais de televisão e nas matérias divulgadas nos principais jornais locais impressos, além do rádio, que depois de gravados são realizados os recortes dos assuntos de interesse da PMBA, ou seja, uma seleção daquilo considerado como de maior repercussão ou relevância através de transcrição, e estes, por sua vez, são armazenados em DVDs classificados por tema”.

As atividades desenvolvidas pela seção do entrevistado “C” foram descritas da seguinte forma:

“Nossa missão é analisar e catalogar todo tipo de informação corrente, inclusive as midiáticas, que, depois de depuradas e confirmadas, seguem em relatório próprio para o Comando Geral, Sub Comando Geral, Comandante de Operações, CME, DCS e Coordenação de Polícia Comunitária, para apreciação e tomada de decisões”.

No trabalho de decomposição dos setores selecionados, percebeu-se que o DCS tem como atribuição precípua, tão somente, exercer o direito de resposta da Polícia Militar perante as construções feitas pela mídia, principalmente quando negativas sobre a atuação operacional daquela (Polícia Militar), como revela o entrevistado “A”:

“As notícias de conteúdo negativo são analisadas e apuradas internamente com o objetivo de se identificar possíveis falhas no processo de gestão ou não, de modo que subsidiarão a confecção de notas (respostas) para o veículo que a divulgou, além da análise diária realizada nas mídias sociais, possibilitando em tempo real se ter uma percepção da opinião dos leitores”.

A utilização do DCS, apenas para resguardo da imagem da Polícia Militar perante a sociedade, através dos veículos de comunicação de massa, ficou evidenciada quando o entrevistado “A”, ao chamar de *“dinâmica própria da sociedade contemporânea”* o comportamento da mídia caracterizado por ele como de prática que visa pela busca de audiência e da conquista cada vez mais acirrada por públicos.

“A Polícia Militar não pode estar distante desta realidade e do seu público, buscando, através do emprego de técnicas de comunicação, associadas aos seus valores, mais a sua responsabilidade social, contribuir na construção da valorização da atividade policial, fomentando a sua relevância social (ambiente interno e externo), potencializando a percepção de segurança no cidadão, debatendo sobre nuances do que constitui a segurança e a proteção e difundir reflexões sobre a Lei e a ordem”.

Assim, a fim de se responder ao clamor público constante por mais segurança e se reduzir a inquietação social, a atividade de resposta às críticas e construções feitas pela mídia acontece para promover “consenso”, haja vista o seu papel na grade das instituições ditas por Shecaira (2011), como reguladoras do convívio social.

O entrevistado “C” demonstrou conhecimento da maneira parcial e pouco aprofundada da mídia ao veicular suas notícias, porém, revelou a semelhança de pensamento com o DCS no entendimento do que se deve fazer com as notícias monitoradas da cobertura da mídia, quando afirmou que:

“Considerando a forte influência da mídia perante a população, que, em sua maioria, é de baixa escolaridade e se deixa influenciar por suas linhas, a PM tem se voltado para análise destas produções no que lhe toca diretamente, inclusive tendo se valido dos serviços de profissionais da área de jornalismo que fazem parte dos seus quadros, para defender a instituição perante as informações em sua maioria equivocadas passadas à população. O trabalho destes profissionais é de grande importância, pois não permite que o nome da PMBA seja muitas vezes usado de forma negativa”.

Segundo Reiner (2004), há uma tendência atual da mídia nas narrativas mais críticas da polícia, e questiona-se cada vez mais a integridade midiática e sua eficácia em lidar com o crime e a violência.

Para Nobre e Pinheiro (2002, p.171), “a mídia influencia e mobiliza as opiniões, acirrando a tensão social, de forma que a maioria das matérias veiculadas pela imprensa, ao tratarem da polícia mostrando seus embates com a população, provoca afastamento entre esses dois segmentos”.

O direito de resposta ao conteúdo veiculado pela mídia, já que o DCS não realiza diretamente o monitoramento da cobertura jornalística, é sinalizado pela Seção de Assuntos Correntes da CME, de acordo com a fala do entrevistado “B”, no

momento em que o conteúdo da matéria jornalística tem relevância para ser difundido dentro da Corporação, como afirma:

“As difusões são imediatas quando o conteúdo jornalístico atinge ou tem o potencial de interferir diretamente nas decisões do Alto Comando da PMBA, momento em que utilizamos outros procedimentos de coleta de dados que buscam confirmar a veracidade e todos os detalhes do fato, tudo com o objetivo de assessorar o Comandante Geral da PMBA ou outra autoridade que tenha necessidade de conhecer sobre o fato”.

A difusão das matérias jornalísticas monitoradas da mídia por esse setor, conforme revelou o entrevistado “B”, é realizada após a transcrição das notícias oriundas dos programas jornalísticos, jornais impressos e rádio.

“Não havendo a necessidade de difusão imediata, as matérias são transcritas e inseridas em um documento que contém aquilo que de mais relevante aconteceu num período de 24h. Este documento é difundido diariamente pela CME, tendo como principais destinatários os coronéis da PMBA, demais oficiais Comandantes de OPM e os integrantes do Sistema de Inteligência da Polícia Militar. Assim como um jornal impresso, todos os dias esses interessados recebem uma transcrição das reclamações, entrevistas e das matérias em geral constantes nos meios de comunicação de massa, quer seja ele televisivo, falado ou escrito”.

Ficou evidente no trecho acima que a maneira como a mídia cobre as notícias influencia a Polícia Militar a adotar forma semelhante de difusão das informações, como cita o entrevistado, “assim como um jornal impresso”. O entrevistado “B” revelou ainda, no que diz respeito à importância da cobertura da mídia no trabalho da CME, que o trabalho da Polícia Militar não existe sem a atividade da imprensa:

“A imprensa fornece à Polícia Militar um viés sobre criminalidade, violência e necessidades sociais que, sem ela, seria difícil para a própria Polícia Militar absorver. A mídia é e sempre será vista como uma fonte inesgotável de conceitos, relações sociais, impressões e principalmente de demandas que, **após serem submetidas a um processo de análise, justificam a criação, inovação, extinção ou modificação das ações de policiamento ostensivo ou de políticas de segurança pública**”.

As três últimas linhas transcritas da fala acima são reveladoras de que a cobertura jornalística da mídia influencia a forma de agir da Polícia Militar. No trecho seguinte, há uma nitidez maior na ideia de atuação policial voltada para os locais de maior incidência criminal, apontados pela mídia, quando o entrevistado revela:

“As notícias divulgadas na mídia e coletadas pela CME são difundidas entre os comandos de policiamento a fim de propiciar a cada um deles que adote a estratégia que melhor lhe convier, a fim de tornar mais eficiente e eficaz a aplicação do policiamento ostensivo em uma área de maior incidência de condutas criminalizadas”.

A difusão do conteúdo selecionado, de acordo com a fala do entrevistado, aponta que as informações direcionadas para os comandos têm a finalidade de fazê-los atacar pontualmente determinado problema. O resultado disso é apenas a migração do crime, que deixa de ocorrer no ponto reforçado, para se deslocar para outro, e ficam, pois, inalteradas, as estatísticas criminais.

Estudiosos dessa característica de aplicação do aparato policial revelam que muitas das táticas desenvolvidas em resposta às pressões políticas ou da mídia não fazem sentido em outras áreas (SKOGAN, 2002). Já para Skolnick & Bayley (2006), um patrulhamento intensivo em uma determinada área de fato provoca redução do crime, porém, de forma temporária, pois desloca esse mesmo crime para outras áreas.

A ausência de valor científico no que divulga a mídia sobre crime e violência é refletida nas respostas, também sem base científica da polícia, que são rápidas e pouco eficazes no enfrentamento à violência, sem a análise suficiente para produzir conhecimento, o que apenas retarda o reaparecimento do problema.

Nas palavras de Wolton (2010), a informação veiculada pela mídia e sua produção de notícias pautada na lógica da velocidade, brevidade e competitividade parecem ter marginalizado o conhecimento e engolido o saber científico.

Nesse sentido, embora a cobertura da mídia represente uma insuficiente contextualização para subsidiar qualquer tipo de enfrentamento mais sério do fenômeno da violência, não se pode deixar de reconhecer a cientificidade adotada por ela na maneira de influenciar e conquistar públicos, seja de telespectadores, ouvintes ou leitores.



Atualmente a mídia, importante meio na produção de sentidos na sociedade, se utiliza da ciência para garantir índices de audiência. Porém, os assuntos que mais dão audiência são ligados à falta de racionalidade, são ilusões; portanto, não se investe em um debate crítico nas mídias, e sim em verdades fetichizadas e vendidas no mercado em forma de medicações, produtos, técnicas e instrumentos, todos envoltos em um pretense conhecimento científico. Criticamos o uso exacerbado de suas verdades, quando são repetidas e validadas indiscriminadamente, mas também se encontra afirmações de verdade sem argumentação, sem validação e sem espaço para o questionamento dentro do espaço acadêmico, envolto a vaidades e lutas de poder (LISNIEWSKI, 2006, p.16).

As evidências demonstram que a ausência de estudos científicos nas notícias divulgadas pela mídia já corresponde a um padrão cientificamente comprovado (*vide referencial teórico*) de atrair a atenção da grande massa de pessoas para a cobertura jornalística da violência.

Sobre isso, ficou evidenciado que nenhum dos entrevistados possui formação ou cursos específicos na área de comunicação, porém, entendem genericamente atitudes da mídia, muitas vezes vistas, como sensacionalistas, pouca amplitude na divulgação dos fatos e ausência de causas gerais nos atos veiculados.

Em linhas gerais, os entrevistados deixaram transparecer que reconhecem as notícias sobre crime e violência veiculadas pela mídia como não reprodutoras da realidade, mas que utilizam a fonte de informação midiática, “porque ela é formadora de opinião e que não dá pra deixar de atender ao que a mídia aponta, sob pena da instituição ficar mal vista pela sociedade” (Entrevistado “B”).

No que diz respeito à produção de conhecimento sobre o fenômeno da violência e criminalidade a partir da notícia jornalística, o entrevistado “C” afirmou que “os dados coletados são analisados e transformados em relatório-crítica com objetivo de subsidiar a operacionalidade”.

Embora já evidenciado em outras falas que as notícias selecionadas da cobertura jornalística da mídia não são analisadas cientificamente para a produção de conhecimento, constatamos também não existir correlação entre as notícias sobre crimes e o banco de dados para confronto, análise ou avaliação.

Estudiosos identificam que o termo técnico apropriado para a decodificação de informações sobre violência e criminalidade deve ser denominado de “Análise Criminal” (AC), que, segundo Magalhães (2007):

É talvez o maior vetor de produção de conhecimento específico para a gestão da segurança pública, cuja missão, pode revelar com clareza, através do mapeamento da criminalidade, as características do crime e suas questões conexas, o que possibilita agregar valores de variáveis oriundas de diversas fontes, possibilitando uma análise multivariada capaz de orientar visualmente os gestores quanto aos problemas da criminalidade.

O ciclo da produção de conhecimento pode ser dividido em quatro fases básicas: coleta de dados; organização e avaliação dos dados coletados; processamento dos dados (análise); disseminação do conhecimento (MAGALHÃES, 2007).

Ao que parece, a plataforma em que se assenta a coleta de informações<sup>14</sup> no setor explorado acostumou-se à política do pós-fato, de modo que o que chamam de análise e avaliação diz respeito tão somente à transcrição de ocorrências policiais num possível equívoco de entendimento sobre conceitos-chave da produção de conhecimento.

Durante a observação direta e consulta aos relatórios de serviço produzidos pelos setores, foram identificadas apenas transcrições selecionadas de matérias jornalísticas de forma passiva, acrítica e superficial, como evidenciadas abaixo:

#### **PARALISAÇÃO DE ÔNIBUS**

Com a manifestação dos rodoviários, centenas de coletivos deixaram de circular pela cidade, impedindo a população que precisa do transporte público de realizar suas tarefas cotidianas, como ir ao trabalho e às unidades de ensino e de saúde. A paralisação durou das 6h da manhã até as 10h30, quando o serviço começou a voltar a funcionar na cidade. Segundo o Sindicato, a situação não se repetirá nesta sexta-feira – 17/05. **Fonte. A Tarde.**

#### **EXPLOSÃO PROVOCA DESABAMENTO DE IMÓVEL EM PERIPERI**

Um imóvel desabou após uma explosão na tarde de quinta-feira (16) no bairro de Periperi. O desabamento ocorreu na rua General Labatut, nas proximidades da Caixa Econômica e da Praça da Revolução. Vizinhos contaram que duas pessoas estavam no local no momento da explosão. De acordo com o major Eurico Filho, comandante da 18ª Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM/Periperi), moradores da região também relataram que uma fábrica clandestina de fogos de artifício funcionava no imóvel, mas a

---

<sup>14</sup>“Informação” aqui terá o significado de resultado da decodificação, processamento, manipulação ou organização de dados de tal forma que represente uma modificação no conhecimento do sistema que a recebe. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Informação>.

hipótese de explosão de um botijão de gás também está sendo considerada. Equipes do Corpo de Bombeiros, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e da Defesa Civil de Salvador (Codesal) foram acionadas. Ainda não há informações sobre feridos. **Fonte: Correio da Bahia.**

#### **49ªCIPM/ROUBO A VEÍCULO-MUSSURUNGA**

Por volta das 09:25, o veículo fiat uno, de cor branco de quatro portas, de placa JRB-4465, foi tomado de assalto por dois assaltantes, após ação evadiram sentido paralela. Fato ocorrido na Rua Planalto Verde, Mussurunga. **FONTE: SIC.**

As informações destacadas acima, quando reunidas em relatório próprio, oferecem aspectos de que podem estar sendo registradas e identificadas como “produção de conhecimento”, de modo que não se presenciaram, nos referidos documentos, interpretações ou análises críticas a respeito das ações dos indivíduos nas ocorrências delituosas registradas, apenas dados soltos<sup>15</sup> e sem qualquer correlação científica com a realidade. Segundo Deladurantey (1995, *apud*, MAGALHÃES, 2007):

Sem uma análise apropriada, a informação não pode contribuir efetivamente para a consecução dos objetivos estratégicos da instituição policial. Quando uma instituição não possui capacidade analítica as informações brutas (dados) que ela recebe permanecem sem tratamento, não se completando o ciclo da produção de conhecimento necessário para a lapidação do dado bruto, conseqüentemente as informações que poderiam ser úteis para a gestão serão perdidas nos sistemas de arquivos inviabilizando a correta orientação e assessoramento do gestor.

Segundo Minayo (2000), interpretar a realidade dos fatos sociais através de quantificação numérica é inadequado, uma vez que caminhamos para o universo de significações, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores. Já Brodeur (2002, p.75), explica que “[...] A prevenção do crime não pode ser avaliada a partir da reação da polícia registrada em estatísticas”.

Produzir conhecimento, então, diz respeito à explicação de modo racional daquilo que se está observando da realidade circundante, com a ajuda de descrições, hipóteses, conceitos, teorias e procedimentos. Para Soares e Alves

---

<sup>15</sup>A expressão “dado solto” é aqui entendida como todo e qualquer componente bruto, fato e/ou assunto ainda não trabalhado e não submetido à metodologia para a produção do conhecimento.

(2013), adquirir conhecimentos não é compreender a realidade absorvendo e acumulando informações do que revela:

Conhecimento é a elucidação da realidade, é a descoberta daquilo que está oculto, é o que o homem absorve através de experiências, teorias, ideias, conceitos e informações que lhe são apresentadas, para um determinado fim ou não. Só depois de compreendido é que “algo” pode ser considerado conhecido.

É válido se esclarecer que conhecimento não é dado, nem informação é, na verdade, o resultado da combinação de experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, proporcionando uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações (KEYSSELF E FERNANDES, 2007, p. 212).

Nas palavras de Moroz e Gianfaldoni (2002), uma construção que se faz a partir do exercício da apreensão, da crítica e da dúvida, a custo de muitos pontos de vistas diferentes.

Para se produzir conhecimento, a prática de pesquisa é atividade fundamental não identificada na produção das informações sobre violência e criminalidade apresentada pelos setores analisados, cuja definição é apresentada por Marconi e Lakatos (1999) como indagação minuciosa ou exame crítico e exaustivo na procura de fatos e princípios, uma diligente busca para averiguar algo, utilizando métodos científicos.

Para Silva Junior (2004, p.17), as incidências de atos violentos, quando inseridas em análises e pesquisas por parte das forças de segurança, podem melhor responder à inquietação social em determinada área, de forma que:

a falta de prática de pesquisa científica possibilita a manutenção da atividade desorganizada e diversa impedindo, por consequência, a construção de um paradigma que estabelecerá modelos e padrões relevantes à criação de um profissionalismo que conduzirá para o exercício específico de policiamento visando estritamente à segurança pública.

Bittner (2003, p.302) revela que, “para que a polícia se torne adequada às tarefas do dia a dia, deve instituir o estudo e a pesquisa em seus mandamentos, para que possa avançar e obter o controle da direção de seus esforços”.

No momento de planejar suas ações operacionais no enfrentamento à violência, a Polícia Militar ainda não dispõe de uma análise circunstanciada sobre o fenômeno, muito menos de sua própria prática nesse enfrentamento.

As informações empíricas adquiridas dos meios de comunicação de massa sobre violência contribuem também empiricamente para o planejamento da atividade de segurança, ou seja, ao perseguir apenas números, dados estatísticos de ocorrências, a instituição deixa de lado a riqueza por trás da subjetividade dos fatos, o que só poderia ser alcançado através de análises e pesquisas.

## 8. CONCLUSÃO

A presente pesquisa acadêmica buscou analisar, de maneira geral, como a Polícia Militar da Bahia recepciona a cobertura jornalística sobre violência, através de estudo de caso que contemplou três de seus departamentos, diretamente ligados à atividade de monitoramento da cobertura midiática.

Mais especificamente, buscou-se avaliar como a instituição percebe a violência a partir da cobertura da mídia, se há promoção de análise e pesquisa para a produção de conhecimento sobre o fenômeno, e se essa veiculação influencia a aplicação do aparato policial-militar na atividade fim.

Os resultados alcançados no primeiro momento da pesquisa evidenciaram que a mídia, através do veículo impresso analisado, possui uma tendência de cobertura sobre a violência predominantemente factual, que não revela, na maior parte de sua veiculação, o binômio “causa-consequência”, que poderia contribuir para uma melhor interpretação do fenômeno na sociedade.

Ficou evidenciado ainda que as fontes oficiais de divulgação das ocorrências policiais só ganham maior notoriedade no momento em que esses dados são exibidos pela mídia, o que contribui na maneira como a Polícia Militar percebe a violência no espaço social e adota, destarte, o noticiário veiculado pela mídia como um dos parâmetros para a distribuição da força policial-militar na sociedade.

Esse ângulo de visão sobre o fenômeno da violência, adotado pela corporação, apenas com base na mídia, apresenta-se como uma maneira ainda muito insipiente para trilhar caminhos que possibilitem reais condições de monitoramento, controle e diminuição dos índices de violência na sociedade. Nesse tocante, a recepção apresenta características que levam em consideração o senso comum, já que a programação da mídia também não divulga notícias sobre violência com fundo científico.

No monitoramento que se faz da cobertura da mídia, ficou evidenciado na pesquisa que a Polícia Militar, ao transcrever e compilar o noticiário veiculado, sem a contribuição da análise científica, busca o consenso social em torno do agendamento da discussão pública promovido pelos meios de comunicação de massa, que passa a exigir uma necessidade de resposta imediatista ao ambiente,

por parte da corporação, em detrimento de análises mais aprofundadas do fenômeno da violência.

Aliado a essa busca de consenso em torno da sua atividade, observou-se que há uma inabilidade em gerar uma efetiva possibilidade de acompanhamento mais estreito das ocorrências policiais pela Polícia Militar, tendo em vista a indefinição do tipo de informação mais necessária para o acompanhamento e controle do fenômeno criminal, até mesmo porque inexitem profissionais capacitados em análise criminal, ou aqueles com o devido curso não estão atuando no setor de planejamento e avaliação operacional.

Toda a subjetividade contida no trabalho de rua é deixada para trás no momento da reunião das informações que possibilitem a melhor distribuição da atividade de polícia ostensiva, o que Manning (2003, p.399) revela que “o que entra nos arquivos dos computadores é uma versão bem editada da realidade primária enfrentada pelos policiais nas ruas”.

Estudos de cunho mais científico em torno da violência têm feito parte da realidade da Polícia Militar no momento em que a mesma produz anualmente, em seus cursos de aperfeiçoamento de oficiais, diversos estudos sobre os mais variados temas ligados à violência. Em quase todos esses trabalhos realizados, há diversas propostas de melhoramento da prática policial-militar para enfrentamento do fenômeno da violência, fato que representa importância para a coletividade.

A própria Secretaria Nacional de segurança Pública (SENASP), em convênio com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), patrocinou diversos cursos de especialização *Latu Senso* em Políticas de Gestão em Segurança Pública e de Prevenção da Violência, com publicações monográficas igualmente importantes para a prática da própria Instituição.

Fica assim subtendido se a alta cúpula da segurança pública no Estado está realmente levando a sério esses relatórios técnico-científicos produzidos pelo capital intelectual interno, já que não se tem visto a utilização desses trabalhos como contribuição para o melhoramento da atividade.

Isso nos faz refletir sobre as dificuldades enfrentadas na segurança pública baiana, no sentido de que parece ainda não se tê-la feito amadurecer, se levarmos em conta os inúmeros desafios a serem transpostos diariamente pelos operadores

do sistema policial, sobretudo o desafio de ser diariamente cobrada pela mídia e pela sociedade, por mais proteção.

Embora muito já se tenha produzido sobre violência, não só a Polícia Militar, mas todo o aparato de segurança pública do Estado parece sofrer de uma espécie de ‘invisibilidade conceitual’, que Soares (2005, p.30) atribui como consequência “a dificuldade em assumir e implantar políticas públicas específicas, ainda que os efeitos da violência ocupem as primeiras páginas dos jornais, diariamente”.

Uma política de segurança pública que se pretenda eficaz demanda um diagnóstico preciso da realidade, aliado a uma perspectiva teórica sólida capaz de propor uma interpretação sistemática do fenômeno em pauta e que possa servir de fundamento para as ações a serem adotadas.

Nesse sentido, os resultados alcançados com o presente trabalho contribuem sobremaneira para a discussão sobre as bases de formulação das políticas públicas de segurança, num momento em que a comunidade científica questiona de que maneira essas políticas estão sendo formuladas, posto que a população continua a reclamar incessantemente.

Coincidência ou não, no relatório descritivo sobre o Perfil das Organizações Estaduais e Municipais de Segurança Pública divulgado no ano de 2006, a Polícia Militar da Bahia, entre outras, informou não possuir rede de informações, e, quando a pesquisa abordou sobre a elaboração, avaliação e produção de relatórios estatísticos, a PMBA omitiu tal informação, ou seja, deixou de responder a esse quesito.

Com relação à qualidade das informações reunidas para o enfrentamento à violência, o relatório nacional revelou que a informação menos utilizada é a caracterização das vítimas, agressores e as circunstâncias do crime ou ato violento cometido. Um diagnóstico mais apropriado sobre o perfil das organizações de segurança pública do Brasil parece ter sido fornecido pelo antropólogo e ex-secretário nacional de Segurança Pública, Prof. Dr. Luiz Eduardo Soares, quando este revela que:

Nossas polícias são máquinas pesadas e lentas, nada inteligentes e criativas, que não valorizam seus policiais nem os preparam adequadamente; não planejam nem avaliam o que fazem; não aprendem com os erros porque não os identificam; não conhecem os problemas sobre os quais atuam (os policiais, individualmente,



sabem muito; a polícia, como Instituição, nada sabe); não cultivam o respeito e a confiança da população; cada vez mais só prendem em flagrante, porque pouco investigam; limitam-se a reagir depois que os crimes já ocorreram [...].

O peso e a lentidão da “máquina”, comentada no trecho acima, parece corroborar com as observações feitas no ambiente-alvo da pesquisa, no momento em que foi constatado que três departamentos da Polícia Militar atuam monitorando a cobertura da mídia, disponibilizando, para isso, muitos policiais militares.

A ausência de criatividade e inteligência a partir dessa estrutura montada parece estar na falta de análise, pesquisa e estudo mais científico do fenômeno da violência para planejamento da atividade, cuja suposta avaliação feita adota quase que exclusivamente as estatísticas das ocorrências policiais.

Além disso, o organograma dos departamentos pesquisados parece não corresponder à prática no momento em que se detectou que algumas seções não se materializam na prática, e outras funcionam dentro de uma única sala, coordenadas por um único servidor policial-militar, o que ratifica o pensamento de Monjardet (2002, p.209), quando o referido autor revela que “a instrumentalidade institucional é um projeto para a organização e um constrangimento para a profissão. E esse projeto continua a ser de algum modo impossível”.

O descrédito da população no trabalho da Polícia Militar parece não ser gerado apenas pela maneira como a mídia veicula o resultado das ações policiais, mas também pela falta de cultivo do respeito e da confiança da população através da comunicação social, ou seja, as respostas fornecidas à sociedade, por intermédio da mídia ou não, costumeiramente não evitam distorções de interpretação das ações operacionais da corporação no enfrentamento à violência.

Para que a Polícia Militar conquiste esse respeito e confiança da sociedade em torno de suas ações, é preciso interagir com a população para além da mediação realizada pela mídia. A produção de entendimento, esclarecimento e compreensão técnica sobre os conflitos que necessitem de sua intervenção deve ser encaminhada diretamente para a comunidade, mormente como estratégia de fugir ao agendamento por vezes fabricado pelos meios de comunicação de massa.

Por considerar a limitação da pesquisa apenas a análise da tendência de cobertura da mídia, através de sua produção quantitativa sobre crime e violência,

novos estudos deverão ser realizados, com a intenção de se tornarem mais aprofundadas as questões aqui abordadas.

A análise do discurso da mídia deverá fazer parte da retomada a este tema em momento oportuno, bem como da análise burocrático-estatal nos discursos das autoridades através da mídia, que costumeiramente reproduzem verbos típicos da área de planejamento estatal, e que, segundo Bonfim (2002, p.96), “dizem tudo, sem dizer nada”. Verbos como: garantir, amenizar, reduzir, identificar, criar, destinar, sensibilizar, erradicar, entre tantos outros, carregam uma carga de ambiguidade que torna difícil a cobrança por resultados por parte da sociedade, por serem limitados, esses mesmos verbos, em sua ação.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio; LAMIN, Cristiane. Medo, violência e insegurança. In: **Segurança Pública e violência**. São Paulo: Contexto, 2008. p.151 – 169.
- AGUIRRE, C. **Cárcere e sociedade na América Latina, 1800 – 1940**. In: História das Prisões no Brasil, vol. 1, Rio de Janeiro, Rocco, 2009, p. 38.
- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Psicosociologia das relações públicas**. 2. Ed. São Paulo: Loyola, 1989.
- ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995. Disponível em: <http://geilsonferreira.weebly.com/pdf>. Acesso em: 23 Abr/2013.
- ANITUA, Gabriel Ignácio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Tradução: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- BERLO, David. K. **O processo da comunicação**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução: Ana Luísa Amêndola Pinheiro. Edusp, São Paulo, 2003.
- BLOIS, Marlene M. **O rádio nosso de cada dia**. Comunicação & Educação, São Paulo, 1996.
- BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. 10. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- BONFIM, João Bosco Bezerra. **A fome que não sai no jornal: o discurso da mídia sobre a fome**. Brasília: Plano Editora, 2002.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 11ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 2007. 322p.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Jorge Zahad Ed., Rio de Janeiro, 1997.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1996.
- BRODEUR, Jean-Paul. Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas. Tradução: Ana Luísa Amêndola Pinheiro. Edusp, São Paulo, 2002.
- BUDÓ, Marília Denardin. Ética e objetividade: um olhar sobre a notícia política no jornal da globo. In: **Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria**. V.17, n. 1, semestral, 2004.

\_\_\_\_\_.O crime, os direitos fundamentais e a mídia. In: **Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria**. V.18, n. 1, semestral, 2005.

BUENO, F. da S. **Minidicionário da língua portuguesa**. 6. ed. Lisa, São Paulo, 1992.

CAMPOMAR, Marcos Cortez. **Do uso de estudo de caso em pesquisas para dissertações e teses em administração**. Revista de Administração, São Paulo, v.26, n.3, trimestral, 1991. p.95-97.

CANO, Ignácio. **Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime**. Tradução: Maria Lucia Marques. Sur, Rev. int. direitos humanos. vol.3 n.5. São Paulo Dec. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 12 Abr/2013.

CARLIM, Paulo Eduardo; CASTRO, Luciano Thomé. A importância da comunicação na negociação. In: **Negociação – aplicações práticas de uma abordagem sistêmica**. São Paulo: Saraiva, 2006, p.61 – 86.

CARVALHO NETO, Joviano Soares de. Mídia: objeto e fonte de poder, In: **Cadernos do CEAS** nº 80. Salvador, março/abril 1999.

CASTELLS, M. A conexão perversa: a economia do crime global. In: **A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura**. Vol. 3, Fim de Milênio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, pp. 203-250.

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: [https://docs.google.com/viewer?url=http://www.fenaj.org.br/federação/cometica/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](https://docs.google.com/viewer?url=http://www.fenaj.org.br/federação/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf). Acesso em: jul2013.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: **A miséria do mundo**. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 2000.

CHOMSKY, Noam. **Controle da mídia: os espetaculares feitos da propaganda**. Tradução de Antônio Augusto Fontes. Rio de Janeiro: Graffia, 2003.

CONCEIÇÃO, Octaviano A. C. **O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas**. Fapers. Rio Grande do Sul, 2002.

COSTA, Ivone Freire. **Polícia e sociedade: Gestão da Segurança Pública, Violência e Controle Social**. Salvador: Edufba, 2005. 244 p.

COUTINHO, Ilusca. Leitura e análise da imagem. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

COUTO, Aiala Colares. **A cidade dividida: da inclusão precária à territorialização perversa**. In: Simpósio Internacional de Geografia Urbana, 2011, Belo Horizonte. Temas Emergentes e recorrentes da problemática urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2011. <http://xiisimpurb2011.com.br/pdf>.

CRUZ, Tércia Maria Ferreira. **A influência da mídia na percepção da violência: as comunicações e denúncias à Central de Emergência 190**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&sclient=psy>. Acesso em: 25. Fev.2013.

FERREIRA, Carmélio Reynaldo. Artigo: **Mídia e Direitos Humanos**. Imprensa, São Paulo, p. 01-14, 1997. Disponível em: [http://www.redhbrasil.net/documentos/biblioteca\\_on\\_line.pdf](http://www.redhbrasil.net/documentos/biblioteca_on_line.pdf). Acesso em: 28 fev 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Vozes, 2007.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação / A comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FREIRE COSTA, Jurandir. O Medo Social. In: **Veja 25 Anos - Reflexões para o Futuro**. São Paulo: Editora Abril, 1993, pp. 83-89.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARLAND, D. **A Cultura do Controle**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. Tradução: Marcello Rollemberg. Edusp, São Paulo, 2003.

GOMES, Cláudio Gonçalves. A violência no jornalismo sensacionalista baiano: a cultura do espetáculo. In: **Figuras da violência moderna: confluência Brasil/Canadá**. Feira de Santana, UEFS Editora, 2010, pp. 59-66.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Editora Objetiva: 2001. v.1.

KEGLER, Jaqueline Quincozes; BARRICHELO, Eugênia Maria Mariano da Rocha. As organizações sociais no espaço midiático: os suportes digitais como meios e estratégias de representação organizacional. In: **Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria**. V.20, n. 2, semestral, 2007. pp. 99-107.

KEYSSELT, Ilma Leonor Magarão Paiva; FERNANDES, Rosimar Malafaia Menezes. Pensando a Polícia: o conhecimento, como vantagem competitiva na prática policial.

In: **Gestão da segurança pública: desafios e perspectivas**. Revista da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública. EAUFBA, v.01, n. 01, jun-dez de 2007, Salvador, pp. 209-232.

KOGUT, César Vinicius; SILVA, Wânia Rezende. A mídia e seus efeitos sobre o medo social. In: **Gestão de Políticas Públicas no Paraná: Coletânea de Estudos**. Curitiba: Editora Progressiva, vol. 1, 2008. 516 p.

KOFF, Rogério Ferrer. A informação jornalística na era do espetáculo. In: **Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria**. V.18, n. 1, semestral, 1991. pp. 2-29.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

LIMA, Maria Elza Ferreira. **Comunicação pública e cidadania: um estudo de caso sobre a campanha cultura de paz em Maracanaú**. Fortaleza, BNB, 2012.

LISNIEWSKI, Simone. **A Produção do conhecimento científico: um debate paradigmático e metodológico**. Universidade de Brasília, Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, 2006. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc>. Acesso em: 25 Abr/2013.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **O controle do crime violento no Rio de Janeiro**. Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1348>. Acesso em: 28 Abr/2013.

MAGALHÃES, Luiz Carlos. **Análise criminal e mapeamento da criminalidade**. Fórum Internacional de Gabinetes de Gestão Integrada (GGI's). MA, novembro, 2007. Disponível em: <http://www.policiaeseguranca.com.br/gis.htm>. Acesso em: 22 Mar/2013.

MANNING, Peter K. As tecnologias de informação e a polícia. In: **Policimento moderno**. Tradução: Jacy Cardia Ghirotti. Edusp, São Paulo, 2003. pp.375-425.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª. Ed., São Paulo, Atlas, 2006.

MARCUS FERREIRA, Giovandro. Teorias da Comunicação, Teorias do Discurso: Em Busca do sentido. In: **Teorias da Comunicação: trajetórias investigativas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs.pdf>. Acesso em: 11 Jul 2013.

MELO, Patrícia Bandeira de. **A violência e o exagero**. Revista Carta Capital. Recife, agosto 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 269p.

\_\_\_\_\_. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Plano editora, 2002. 109 p.

NEUBERGER, Rachel Severo Alves. **O rádio na era da convergência das mídias**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

NORONHA, Ceci Vilar; MACHADO, Eduardo Paes;. **Pelos filtros de circe: violência e controle social na mídia impressa**. Espacio Abierto. Venezuela, 2002. pp. 669-663.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. Polícia e cidadania: em busca de novas formas de sociabilidades. In: **Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: Bagaço, 2002, pp.171-193.

NOBRE, Maria Teresa; PINHEIRO, Frederico Leão. Superando a dicotomia sociedade X policial militar: relato de uma experiência. In: **Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: Bagaço, 2002, pp.171-193.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: brasiliense, 2012.

OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende de; TONELLI, Dany Flávio e outros. **O problema da (in) segurança pública: refletindo acerca do papel do Estado e de possibilidades de soluções localizadas e participativas**. Revista Brasileira de Segurança Pública/ São Paulo v.7, n. 1, p.8 – 22, Fev/mar 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório mundial sobre violência e saúde. Brasília: OMS/OPAS, 2002.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Gestão do setor público: estratégias e estrutura para um novo Estado. In: **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

PERUZZOLO, Adair C. Dimensão humana da comunicação. In: **Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas** da Universidade Federal de Santa Maria. V.18, n. 2, semestral, 2005. pp. 09-19.

PIMENTEL, I. **Noções de psicologia aplicada à educação**. 11. ed., Melhoramentos, 1978.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea**. Revista de Sociologia da Universidade de Brasília. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a07.pdf>. Acesso em: 14. Dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Realidade, representações sociais e segurança pública: uma interpretação: in **Segurança Pública: representações sociais e políticas de formação**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução: João Minhoto Marques e outros. Lisboa: Gradiva, 4ª ed. 2005.

REINER, Robert. **A política da polícia**. Tradução: Jacy Cardia Ghirotti. Edusp, São Paulo, 2004.

ROCHA, Penha. A globalização. In: **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, Reginaldo Souza Et Al. **Restruturação produtiva do Estado brasileiro na perspectiva neoliberal**. Rio de Janeiro, 2004.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 4. Ed. Ver. Editora atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

SILVA, Geélison Ferreira. **Violência e imprensa em minas gerais: uma reprodução da Sociedade dominante?**. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt.pdf>>. Acesso em: 08 Jul. 2011.

SILVA JUNIOR, Dequex Araújo. Em busca de uma nova polícia: a pesquisa como fulcro para uma nova práxis policial. In: **identidade social: revista de segurança pública**. Vol. 1, n. 1, Semestral, Salvador, 2004, pp. 15-37.

SKOLNICK, Jerome H, BAYLEY, David H. **Nova Polícia**. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. Edusp, São Paulo, 2006.

SILVA SOARES, Cristiane da; ALVES, Thays de Souza. **Sociedade da Informação no Brasil: inclusão digital e a importância do profissional de TI**. Centro Universitário Carioca. Disponível em: <http://monografias.brasilecola.com/computacao>. Acesso em: 25 Abr/2013.

SOARES, Luiz Eduardo. **Legalidade Libertária**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. Sísifo e as políticas de segurança no Brasil. In: Revista brasileira de segurança pública. São Paulo, ed. 8, fev – mar/2011.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia & violência**. 2 ed. Porto Alegre, 2006).

SOUZA, Tânia C. Clemente. **A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação**. Ciberlegenda, nº 6, 2001. Disponível em: [WWW.uff.br/mestcii/tania3.htm](http://WWW.uff.br/mestcii/tania3.htm). Acesso em: 22 Fev 2013.



SOUZA JUNIOR, César Saldanha. **Consenso e Tipos de Estado no Ocidente**. 1. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002. v. 1. 190p.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. Tradução: Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violência e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

TEIXEIRA, Alex Niche. **A produção televisiva do crime violento na modernidade tardia**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle.pdf>. Acesso em: 14. Dez. 2012.

TELES, A. X. **Psicologia moderna**. 14. ed. São Paulo: Ática, 1975.

TENÓRIO, Robinson Moreira. **Cérebros e Computadores: a complementaridade analógico-digital na informática e na educação**. 4. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2003.

TREVISAN, O. Ouvir, compreender, viver: "eis a questão". In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 13, 2010. disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php>, acesso em:12/02/2011.

VERGARA, Sylvia Consnt. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WOLF, Mário. **Teorias da comunicação**. Lisboa: presença, 1995.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

ZICKER, Fabio; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; COELHO, Yara Beduschi. **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Editora: Hucitec, 2008.